O agronegócio é o seguinte

Mais recursos na safra 2011/12

OS SINAIS mais recentes em torno do ritmo da atividade econômica no Brasil apontam para uma desaceleração, sendo que alguns ramos estão sendo mais duramente atingidos nesse momento. O governo tem atuado em diferentes linhas para lidar com esse problema. Sob essa lógica, o Banco Central já começou o processo de flexibilização da política monetária, tendo reduzido os juros nas últimas reuniões e sinalizando para a manutenção da trajetória de queda da taxa Selic mais adiante. Essas reduções têm ocorrido a despeito do patamar de inflação ainda alto.

A hipótese de que o Brasil sentirá apenas levemente os efeitos da crise na região do euro é bastante razoável, óbvio, desde que ela não piore drasticamente. É pouco provável que no próximo ano os preços das *commodities* fiquem, de forma generalizada, em torno de seus respectivos picos históricos, como ocorreu no primeiro semestre deste ano. Também não há motivos mais contundentes para acreditar que a demanda chinesa por produtos primários vá sofrer alguma alteração significativa.

A permanência dos subsídios fornecidos pelo governo dos EUA para a produção e o uso de etanol e biodiesel está na pauta do Congresso norte-americano. Três argumentos básicos são utilizados para justificar políticas de incentivos a biocombustíveis: Segurança Energética, Superioridade Ambiental e Desenvolvimento Rural. A análise desses três pilares revela uma maior chance de extinção dos incentivos governamentais. O enfraquecimento dos argumentos de segurança energética e os profundos cortes no orçamento agrícola, em razão da complicada situação fiscal, enfraquecem a bancada agrícola no Congresso.

Por meio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2011/12, o governo federal disponibilizou R$ 107,2 bilhões para o financiamento da produção agropecuária na atual temporada. O valor é 7,2% maior que o disponibilizado na temporada 2010/2011. O aporte maior nesta temporada aconteceu em função do crescimento da safra brasileira e também da expectativa de um custo maior de produção. Por exemplo, os preços dos fertilizantes e corretivos subiram. Os números deixam claro o maior investimento na agricultura em 2011/2012 e a busca de melhorias na produtividade para otimização dos resultados

Agroanalysis deste mês apresenta caderno especial da cadeia produtiva do café, que vive um momento de reviravolta, com boas perspectivas para os próximos anos. As seguidas quebras de safras em países concorrentes, em particular na Colômbia, reduziram substancialmente a disponibilidade do produto no mercado mundial. Nas bolsas, as cotações da rubiácea dispararam, atingindo valores historicamente altos, que não eram registrados há mais de 14 anos.

Com boa capitalização, o produtor brasileiro de café está empolgado e investe na ampliação das lavouras. Os viveiristas foram até tomados de surpresa, pois não dispunham de mudas suficientes para atender à demanda aquecida. Esses novos cafezais entrarão em produção a partir de 2014. Até lá, a oferta do produto estará apertada para atender adequadamente ao consumo. Mesmo com os outros países voltando às colheitas regulares, as importações dos países emergentes seguem firmes, com a tendência inclusive de crescerem.

O Fórum Inovação, realizado em parceria entre a Abag, a Andef e a FAO, discutiu o tema oportuno de Alimentação, Agricultura e Alimentos Sustentáveis, em homenagem ao Dia Mundial do Alimento, estabelecido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, ocorrido em outubro passado. O mundo acaba de atingir a marca de sete bilhões de pessoas, que continuará crescente nas próximas décadas. A segurança alimentar do planeta é preocupante: existem quase um bilhão de pessoas passando fome, enquanto 1,5 bilhão padecem de problemas nutricionais. Reverter esse quadro é uma das grandes prioridades que fazem parte das chamadas metas do milênio.

Para os próximos meses, certamente, ***Agroanalysis*** reservará espaço especial para tratar de um dos principais eventos que ocorrerão no País, responsável pela participação das principais lideranças políticas do planeta: a Conferência Rio+20. Dois temas serão o foco das atenções: 1º - a economia verde no contexto da erradicação da pobreza; 2º - a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas. Assim como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, conhecida como Rio 92, a Rio+20 pode representar uma mudança significativa na consciência global da relação entre desenvolvimento e proteção do meio ambiente. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Arte: Daniel Gustavo Rocha Silva
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Silas Brasileiro

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios
14 Crise europeia
16 Mais tecnologia e investimentos na safra 2011/12

Agroenergia
18 Biocombustíveis
20 Açúcar e etanol

Política Agrícola
22 Agronegócio dos EUA

Sustentabilidade
24 Evento Rio+20

III Fórum Inovação
27 Agricultura e alimentos para o futuro sustentável

Especial Café
35 Ressurreição da cafeicultura

Especial ANDEF
43 Defensivos agrícolas

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Agroenergia



20 Açúcar e etanol

III Fórum Inovação



27 Agricultura e alimentos para o futuro sustentável

Especial Café



35 Ressurreição da cafeicultura

Silas Brasileiro
Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Sintonia com todos os elos da cadeia

Por Paulo Roque

O PRESIDENTE do CNC fala sobre o revigoramento da representatividade do setor produtivo da cafeicultura nacional e enfatiza que vai buscar o fortalecimento da representatividade do setor produtor da cafeicultura brasileira, como novos planos de atuação .



> “A parceria com o Congresso Nacional é simplesmente fundamental”

AGROANALYSIS Quais são os novos planos de atuação do Conselho Nacional do Café?

SILAS BRASILEIRO Buscando revigorar a representatividade do setor produtor da cafeicultura brasileira, o Conselho Nacional do Café (CNC), em novembro de 2011, traçou novos planos de atuação. Dentro dessa estruturação, assumi o cargo de presidente executivo e, durante minha gestão, contarei com o apoio do conselho representativo de todas as regiões produtoras, o qual será coordenado por Maurício Miarelli, ex-presidente da instituição. Foi traçado um plano de ação até o ano de 2015, que objetiva reerguer o CNC, devolvendo a ele a condição de representante máximo da produção cafeeira nacional.

AGROANALYSIS Em que consiste este plano?

SILAS BRASILEIRO Vamos unir todas as representações, como federações, confederações, sindicatos e associações, dentro do Conselho e, especialmente, estabelecer um relacionamento muito estreito com a Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), através do Departamento do Café (Dcaf), a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e, também, com a Organização Internacional do Café (OIC), atualmente dirigida pelo brasileiro Robério Silva. Pretendemos trabalhar em sintonia com todos para que, juntos, fortaleçamos a nossa representatividade e alcancemos os melhores resultados possíveis para o setor. Outra parceria fundamental será com o Congresso Nacional. É imprescindível mantermos um relacionamento próximo com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cafeicultura para que possamos levar adiante nossos projetos na Câmara,

no Senado e, também, na tramitação com o governo federal.

AGROANALYSIS E quanto aos demais elos da cadeia produtiva do café?
SILAS BRASILEIRO Entendemos que somos o elo que gera o produto, mas dependemos da expansão na exportação, da evolução da indústria de café torrado e moído e precisamos muito das indústrias de solúvel para a abertura de novos mercados.

AGROANALYSIS Pretende-se uma participação mais ativa do Conselho Nacional do Café no governo?
SILAS BRASILEIRO Pretendo marcar minha gestão por ações e trabalhos consensuais com o interesse do setor. O intuito é ouvir o que os conselheiros do CNC desejam e, também, o que pretendem os demais segmentos. Queremos trabalhar em sintonia com todos e, efetivamente, buscar a participação ativa do governo na sua representação dentro do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Queremos soerguer o CDPC, de forma que volte a funcionar normalmente como antes, sendo um fórum no qual a cadeia do café se reúna com o governo para traçar uma política forte, determinada, a qual deixe clara a importância do café, não só economicamente, mas também socialmente, com a geração de emprego e renda. Um dos itens do meu plano de trabalho será a proposição de um novo setor dentro do Departamento do Café do Mapa. Dentro do Dcaf, iremos sugerir ao governo a criação de uma terceira coordenação, de um departamento específico de inteligência para o café, pois esse é um ponto vital no cenário contemporâneo da cafeicultura, sem o qual a elaboração de políticas estratégicas fica deficitária.

AGROANALYSIS De que forma a reação do mercado, a partir de 2010, influenciou na renda do cafeicultor?
SILAS BRASILEIRO Até meados do ano passado, os produtores de café do Brasil vivenciaram praticamente uma década de comercialização abaixo dos custos de produção, o que desencadeou um leque de problemas financeiros. Contudo, a guinada do mercado, a partir de 2010, apresenta um novo cenário, que deve ser explorado em todos os sentidos. Vamos trabalhar almejando melhor renda para o cafeicultor brasileiro, elaborando políticas que permitam a sustentabilidade econômica do homem do campo, principalmente nos momentos em que o mercado não estiver favorável. O objetivo é evitar que se repita o cenário negativo desses quase dez anos recentes. E, para atingir essa meta, o primeiro trabalho será a elaboração do plano de safra 2012/2013 do café.

> “Buscar a participação ativa do governo na sua representação dentro do Conselho Deliberativo da Política do Café”

AGROANALYSIS Além desses pontos, qual será o trabalho para o aprimoramento da estatística e da pesquisa no setor?
SILAS BRASILEIRO O aprimoramento das estatísticas da cafeicultura nacional e o investimento em pesquisas são pontos a que também pretendo dar uma atenção especial. É bom o trabalho estatístico atual sobre o café, mas desejamos um aprimoramento para que as especulações sejam as mínimas possíveis. Também teremos um carinho especial em relação aos trabalhos de pesquisa elaborados pelo Consórcio Pesquisa Café, gerido pela Embrapa Café, e pelas fazendas experimentais e por todos os institutos, fundações e universidades, principalmente em razão da mudança climática e da realidade do sul de Minas Gerais, onde a cafeicultura é de montanha, importantíssima pela qualidade que produz, mas que tem um custo mais elevado. Dessa forma, a intenção é buscar, dentro da pesquisa, a solução para as adversidades e alterações climáticas, bem como a criação de variedades que sejam próprias para o cultivo nessa região mais montanhosa.

AGROANALYSIS E no que diz respeito à questão social?
SILAS BRASILEIRO Além do enfoque econômico, há o enfoque social, uma vez que o café é a única cultura que gera 8,4 milhões de empregos no País. Nós temos defendido a produção de café dentro do tripé: sustentabilidade econômica, social e ambiental.

AGROANALYSIS Como o senhor avalia a política brasileira para o café?
SILAS BRASILEIRO Para que se tenham políticas duradouras para o café, é preciso ter um levantamento de dados possibilitando conhecer qual a área produtiva do País, qual a idade dos cafeeiros, qual a produtividade, qual a capacidade de produção, qual a necessidade de expansão, o que o mercado externo está buscando para garantir o mínimo de renda necessária para que o produtor possa continuar sua atividade, entre outros. Grandes corporações como Café do Cerrado, Cooxupé, associações e cooperativas têm dado suporte para que possamos expandir estudos sobre o café. A partir de fevereiro, será formado um Grupo de Trabalho com a filosofia: Pensando em café, desde a produção até a comercialização. O objetivo é, também, ter uma politica consistente, planejada, para a cafeicultura nacional.



> “Um dos itens de nosso plano de trabalho será a proposição de um novo setor dentro do Departamento do Café do Mapa”

AGROANALYSIS Como homem ligado ao café, quais as suas principais ações para o fortalecimento do setor?

SILAS BRASILEIRO Uma delas é a criação do Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC) como órgão formulador de políticas do café em substituição ao extinto IBC. Após a extinção do Instituto Brasileiro do Café pelo presidente Collor, o Brasil ficou sem nenhum órgão para formular políticas internas e externas. Os produtores ficaram sem financiamentos oficiais, e toda estrutura de pesquisas foi desmontada. Propus, então, a criação de um órgão, com a participação de governo e setor privado, para que o setor voltasse a ter políticas, financiamentos, pesquisas, estatísticas, planejamento, ações de *marketing*. Fui o relator do Projeto de Lei que criou o CDPC . Também articulei a inclusão do café na política de garantia de preços mínimos, o que viabilizou a utilização dos programas de opções como o de 2002, que elevou os preços de R$ 110,00 para R$ 200,00 em três meses, e como o Pepro em 2007/2008, que complementou em R$ 40,00 o valor da saca do café. O café foi incluído na Política Geral de Preços Mínimos(PGPM) pela primeira vez após 53 anos, e com isso foi possível fazer os Programas de Opções em 2002 e 2003 que tiraram os preços de um dos piores níveis de toda sua história.

AGROANALYSIS E no âmbito da pesquisa?

SILAS BRASILEIRO Cito a criação do Consórcio de Pesquisas Embrapa Café, coordenado pela Embrapa Café, com a participação de universidades e instituições de pesquisa de todo o Brasil. Com recursos do Funcafé, foram criadas novas tecnologias que melhoraram a genética e promoveram novas técnicas e produtos que melhoram a produtividade e a qualidade do café brasileiro. Ainda nessa linha, articulei movimento para a preservação da Fazenda Experimental de Varginha, através da Embrapa Café, um dos maiores patrimônios do extinto IBC, que esteve para ser doado. Estive pessoalmente com o presidente da República, Fernando Henrique, e consegui que a propriedade fosse preservada e mantida com a criação da Fundação Procafé.

AGROANALYSIS Para um *marketing* considerado, até então, fraco, como foi fortalecida a qualidade do café brasileiro?

SILAS BRASILEIRO A principal iniciativa nesse sentido foi a implementação do programa de *marketing* dos cafés do Brasil. Após vários anos que o País paralisou as ações de *marketing*, foram reativadas várias ações, como a criação da marca Cafés do Brasil, as campanhas café e saúde, que reformularam a visão negativa da população em relação aos efeitos do café na saúde, e o patrocínio de diversos seminários e eventos que divulgam informações e tecnologia para os cafeicultores. Outro ponto a ser destacado foi a criação do Centro de Inteligência do Café, quando estive à frente da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, com o objetivo de coletar informações dos nossos concorrentes e promover uma ‘radiografia’ da nossa produção, mostrando quanto, como e onde produzimos, e quanto devemos produzir para abastecer o mercado sem gerar excedentes que baixem os preços. ■

Macroeconomia

Atividade em ritmo lento

Rogério Mori*

OS SINAIS mais recentes em torno do ritmo da atividade econômica no Brasil apontam para uma desaceleração, sendo que alguns ramos estão sendo mais duramente atingidos nesse momento.

Sob essa perspectiva, a indústria nacional é um dos setores mais afetados. A produção na indústria dessazonalizada em setembro caiu 2,0%, em relação ao mês anterior, e registrou queda de 1,6% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado de setembro cristaliza um cenário de estagnação na indústria, dado que nos dois meses anteriores a produção industrial apresentou variação praticamente nula. As maiores quedas foram concentradas nos segmentos produtores de bens de capital e de bens duráveis.

A desaceleração verificada em alguns setores, no entanto, não é simétrica para o conjunto da economia. Nesse contexto, a taxa de desemprego mantém-se em patamar baixo, e o ritmo dos aumentos salariais prossegue com reposição da inflação passada mais algum ganho. As vendas em alguns setores de não duráveis têm permanecido aquecidas. Mesmo assim, o varejo já começa a apostar em um fim de ano mais moderado.

A diferença de desempenho entre os setores da economia brasileira no momento é digna de nota, pois, em certo sentido, remonta a uma problemática mais geral. Sob essa lógica, a desaceleração da atividade econômica mundial tem efeitos sobre a economia brasileira. Ou seja, é de se esperar que o fraco desempenho do resto do mundo tenha desdobramentos sobre a economia brasileira. A sobrevalorização do real em relação às demais moedas tem efeitos diretos sobre os setores produtores de bens comercializáveis com o exterior. Por conta disso, esses setores tendem a sofrer mais que outros.

O governo tem atuado em diferentes linhas para lidar com esse problema. Sob essa lógica, o Banco Central já começou o processo de flexibilização da política monetária, tendo reduzido os juros nas últimas reuniões e sinalizando para a manutenção da trajetória de queda da taxa Selic mais adiante. Essas reduções têm ocorrido a despeito do patamar de inflação ainda alto.

No que tange à indústria, a diminuição da taxa de juros atua em dois sentidos. O primeiro remete ao fato de que reduções na taxa Selic afetam as taxas de juros na ponta do empréstimo. A queda das taxas de juros para financiamento tende a ter efeito positivo sobre o consumo, estimulando-o. Ao mesmo tempo, a diminuição da taxa básica de juros reduz o diferencial de juros praticados domesticamente em relação ao resto do mundo. Com isso, a atratividade relativa de aplicações em renda fixa tende a diminuir. Em outras palavras, a queda dos juros tende a diminuir o ingresso de dólares no País direcionados a aplicações em renda fixa no mercado brasileiro. Assim, as pressões para a apreciação do real frente ao dólar tendem a diminuir. Nesse contexto, o cenário ideal é de uma cotação do dólar mais elevada, o que estimularia a competitividade da indústria nacional. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)



SXC.HU

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

MINISTROS APOIAM MARCO REGULATÓRIO PARA O SETOR DO BIODIESEL

A diretoria da Frente Parlamentar do Biodiesel e os conselheiros da Associação dos Produtores de Biodiesel (Aprobio) conseguiram dois apoios importantes para a elaboração de um novo marco regulatório para o setor: do ministro interino da Agricultura, José Carlos Vaz, e do ministro de Minas e Energia, Edson Lobão. Vaz afirmou, durante a audiência com a diretoria da Frente Parlamentar e representantes de produtores, que apoiava totalmente a reivindicação para a elaboração de nova legislação que contemple o aumento do consumo de biodiesel em todo o País. Lobão, que também recebeu a comitiva, não só declarou seu apoio como solicitou aos produtores que enviassem sugestões para que os técnicos de seu ministério elaborassem uma minuta de nova regulamentação a ser encaminhada ao Gabinete Civil da Presidência da República e, depois, ao Congresso Nacional.



Audiência no MME

MG E ES PAGAM PELA ÁGUA DO RIO DOCE

Desde o mês passado, os usuários da bacia hidrográfica do Rio Doce, formada por parte de Minas Gerais e do Espírito Santo, passaram a pagar pela água bruta. A cobrança pelo uso da água em rios federais está prevista na Lei das Águas (9.433/97) e tem como objetivo estimular o uso racional e gerar recursos para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais da própria bacia. Os usuários que captam mais de 1 litro por segundo no trecho mineiro e mais de 1,5 litro, no capixaba, pagarão R$ 0,018 por metro cúbico captado. Também serão cobrados R$ 0,10 por quilo de carga orgânica lançada no manancial. As transposições de água para outras bacias pagarão R$ 0,022 por metro cúbico.

MUDA A CLASSIFICAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou que até janeiro de 2012 a farinha de mandioca terá novos padrões de classificação, com recomendações bem mais rígidas e completas que as atuais. O padrão antigo não contemplava, por exemplo, farinhas de ótima qualidade que já estavam no mercado e não se enquadravam na classificação existente. Segundo o IBGE, até setembro de 2011, foram produzidos 26,1 milhões de toneladas de mandioca no Brasil, segundo maior produtor mundial, atrás apenas da Nigéria. Em 2010, o Brasil produziu aproximadamente 24,3 milhões de toneladas. A extração da fécula de mandioca, principal subproduto da raiz, atingiu 583,8 mil toneladas em 2009. O Paraná respondeu por mais de 70% desse total.

SOJA ADAPTADA À REGIÃO DA CAMPANHA

O Rio Grande do Sul, um dos maiores produtores brasileiros de soja, tem na Campanha, localizada na metade sul do Estado, uma importante região de produção, onde a soja é um componente importante no sistema agrícola das suas terras baixas. A Embrapa lançou cultivares de soja adaptadas àquela região – BRS Pampa RR, BRS Taura RR, BRS 246 RR e BRS Estância RR – que têm entre os meses de outubro e dezembro a época para o plantio. Segundo Francisco Tenório Falcão Pereira, pesquisador do Escritório de Negócios de Passo Fundo da Embrapa Transferência de Tecnologia, "todas essas cultivares têm excelente desempenho e podem contribuir em muito com a região".



BRICS APROVAM PLANO PARA AGRICULTURA

Os ministros da Agricultura dos países que compõem o bloco de países emergentes Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – decidiram que vão atuar estrategicamente para o fortalecimento da agricultura mundial. Durante a segunda reunião dos ministros do grupo, realizada em Chengdu, na China, de 28 de outubro a 1º de novembro, foi aprovado um plano de ação a ser implantado no período de 2012 a 2016, com fomento às ações de tecnologia, informação, mudanças climáticas e abastecimento.

SXC.HU



INTENÇÃO DE PLANTIO DE GRÃOS

A segunda pesquisa de intenção de plantio de grãos para a safra 2011/2012, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e divulgada em novembro, estima uma produção nacional entre 157,202 e 160,522 milhões de toneladas. O volume é inferior ao da última safra, quando foram colhidos 162,955 milhões de toneladas. A previsão de área de cultivo deve variar entre 50,482 e 51,408 milhões de ha, com um crescimento no intervalo entre 1,1 e 3%. A área de cultivo da safra anterior registrou 49,919 milhões de ha. O aumento está relacionado com o milho primeira safra, que deve ter um crescimento entre 7,8 e 10,3%, e à soja, que pode chegar a um incremento entre 0,9 e 3%.

CONAB PREVÊ SAFRA MAIOR

Durante o anúncio da pesquisa de intenção de plantio da safra 2011/2012 feita pela Conab, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caio Rocha, afirmou que o Brasil colherá uma safra que pode superar a do ciclo anterior, desde que as condições climáticas sejam favoráveis.

EXPORTAÇÃO CARNE SUÍNA I

Hong Kong deverá ocupar o lugar da Rússia como principal importador de carne suína brasileira em 2011, prevê Pedro de Carmago Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). De janeiro a outubro deste ano, o Brasil exportou 120,73 mil toneladas de carne suína para a Rússia, enquanto vendeu para Hong Kong, no mesmo período, 107,50 mil t. Enquanto os embarques para a Rússia vêm despencando, em função do embargo que já dura cerca de seis meses, segundo a Abipecs, crescem as vendas para Ucrânia, Angola, Cingapura, Uruguai, Albânia, Venezuela e Haiti.

EXPORTAÇÃO CARNE SUÍNA II

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), em 2012, a Rússia deixará de ser o segundo maior importador mundial. Nessa posição, entrará a soma de Hong Kong e China. A Rússia passará para o terceiro lugar no *ranking* dos importadores mundiais. O primeiro comprador é o Japão, com 1,2 milhão de toneladas/ano.

AQUAPESCABRASIL SERÁ NA BAHIA

A Bahia será a sede da terceira edição da feira Aquapescabrasil em 2012. O evento é considerado o maior encontro do setor pesqueiro na América Latina. A Aquapescabrasil é referência mundial em eventos de pesca e aquicultura e equipara-se a outras feiras internacionais como a Aquanor, na Noruega, e a Aquasul, no Chile. O objetivo do encontro é impulsionar o fluxo de negócios e experiências entre os profissionais do segmento.



VALTER CAMPANATO/ABR

"Estamos discutindo 27% do território brasileiro, responsáveis por 40% das exportações, 1/3 dos empregos e por 25% do PIB. Qualquer redução dessa área significará a redução desses indicadores econômicos."

Senadora KATIA ABREU (PSD-TO), ao defender a aprovação do novo Código Florestal brasileiro, durante as votações da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado

"Ao contrário do que ocorreu na Revolução Verde, nos anos 50, desta vez a batalha da produção não poderá abstrair as intersecções com três modalidades de 'fome' então ignoradas: a 'fome' de empregos; a 'fome' de direitos sociais, sobretudo nas fronteiras rurais; e a 'fome' de equilíbrio ambiental."

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

"O agro brasileiro tem todas as condições para produzir com sustentabilidade e lucratividade, reduzindo suas emissões de GEE e aumentando a fixação de carbono com tecnologias disponíveis."

MARCELO GALDOS, pesquisador do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) no Programa de Sustentabilidade

"Relatório do Código Florestal corrige erros do passado e cria direito ambiental para o futuro."

Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA (PMDB-SC), relator do projeto de reforma do Código Florestal na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na de Agricultura e Reforma Agrária do Senado

"Hoje, a cadeia do agro responde por cerca de 75% da economia da nossa cidade e gera mais de 70% de empregos, diretos e indiretos."

FÁBIO RICARDO RAABE, secretário de Desenvolvimento Econômico de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso

"O pagamento por serviços ambientais é um reconhecimento por parte da sociedade de que o produtor produz benefícios para a sociedade e é, dessa maneira, remunerado pelos serviços que presta."

ADEMAR ROMEIRO, economista da Unicamp, membro do Núcleo de Economia Agrícola e Meio Ambiente

"Ao longo dos últimos cinco anos de Moratória, o desmatamento na Amazônia caiu, e as exportações do grão cresceram."

PAULO ADARIO, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace, sobre a Moratória da Soja

"Penalizar o produtor rural e obrigá-lo a recompor áreas devastadas é uma dicotomia, já que, na década de 80, o governo incentivava o mesmo produtor a desmatar áreas para produzir. Um dos grandes desafios da agricultura brasileira hoje é manter-se nos patamares de produção atuais. Seremos uma peça importante para o mercado no futuro, um país que incomodará outros países."

JOSÉ ANNES MARINHO, gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)


AgCelence
Sistema de Produtividade Café
SEU CAFÉ TURBINADO,
DE COLHEITA A COLHEITA.
MAIOR PROTEÇÃO
DAS FLORES E FRUTOS
Cantus®
MAIOR SANIDADE E MAIS VIGOR
Comet®
MAIOR QUANTIDADE E UNIFORMIDADE
DE GRÃOS CEREJA
Opera®
ATENÇÃO Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.
CONSULTE SEMPRE UM ENGENHEIRO AGRÔNOMO. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO.
ANDEF
Você pode mais. Sua lavoura pode mais.
www.agro.basf.com.br
0800 0192 500
Aplique somente as doses recomendadas. Descarte corretamente as embalagens e restos de produtos. Incluir outros métodos de controle de doenças/pragas/plantas infestantes (ex.: controle cultural, biológico etc) dentro do programa do Manejo Integrado de Pragas (MIP) quando disponíveis e apropriados. Para maiores informações referentes às recomendações de uso do produto e ao descarte correto de embalagens, leia atentamente o rótulo, a bula e o receituário agronômico do produto. Produtos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob os seguintes números: Opera® nº 08601, Cantus® nº 07503 e Comet® nº 08801.
Sistema AgCelence Café
BASF
The Chemical Company

Crise europeia

Qual o impacto para o agricultor brasileiro?

Felippe Serigati*

MUITOS JÁ ouviram analistas econômicos afirmando que o Brasil foi um dos países que melhor passaram pela crise de 2008. E agora com a crise na zona do euro? Como o Brasil e, principalmente, o setor agrícola poderão ser afetados? O que esperar para a renda do produtor? No entanto, antes de responder estas questões, é necessário deixar claro por que os países europeus estão nessa situação.

Os governos não são os únicos culpados

Até antes da crise de 2008, havia pouco questionamento sobre as dívidas das diversas economias da zona do euro. A situação fiscal era ligeiramente confortável, e poucos contestavam a liquidez do estoque de dívida desses países; no máximo, alertavam sobre seu precário equilíbrio para o longo prazo.

Ao observar a evolução do estoque de dívida (com relação ao PIB) dos países atualmente mais problemáticos (Grécia, Itália, Espanha, Portugal e Irlanda), verifica-se que, no fim dos anos 90, houve um esforço para se adequar aos critérios exigidos para pertencer a zona do euro (estoque de dívida não superior a 60% do PIB e déficit nominal não superior a 3% do PIB). A introdução do euro como a moeda desses países propiciou um moderado crescimento do PIB, motivado, principalmente, pelo controle da inflação e pelo aumento do poder de compra dos cidadãos, e ampliou a capacidade de os governos emitirem títulos de dívida pagando menores taxas de juros.

Na verdade, há analistas que identificam neste ponto a origem da crise. Para fazer parte da zona do euro, os países tinham de atender a rígidos critérios, porém, uma vez dentro do grupo, as exigências eram muito suaves, e não havia qualquer instrumento crível para punir aqueles que abandonassem políticas mais restritivas. De qualquer forma, a relação dívida/PIB não cresceu significativamente neste período, porém, caminhou perto do limite praticamente o tempo todo. As necessárias reformas fiscais, notadamente no sistema previdenciário e no conjunto de benefícios assistenciais, não foram realizadas pelos governos.

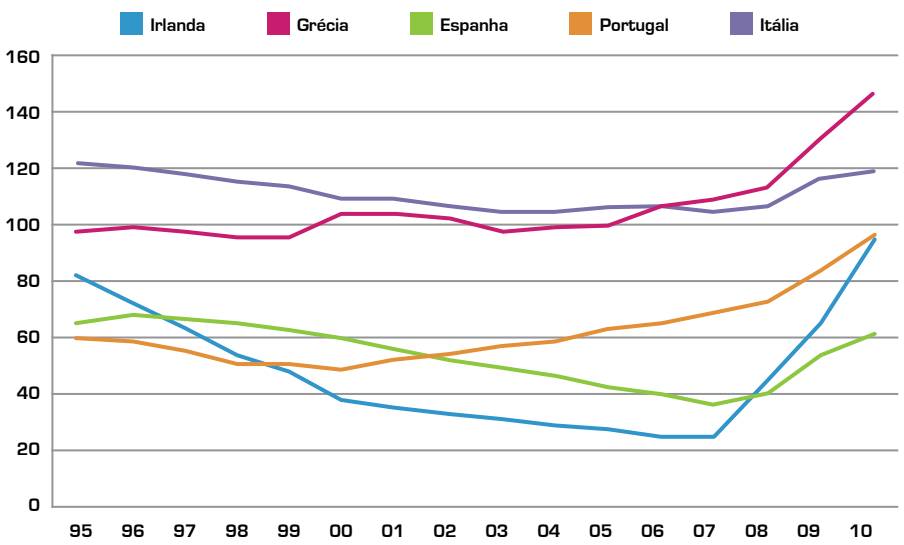
Quando a crise de 2008 atingiu a Europa, esses países tiveram de injetar dinheiro no sistema bancário e realizar política fiscal expansionista para, respectivamente, capitalizar os bancos e reanimar a economia. O primeiro significava o governo assumir parte importante da dívida do setor privado, substituindo títulos podres das carteiras das instituições financeiras insolventes por títulos públicos. O segundo sacrificou o balanço dos respectivos tesouros nacionais. São estas políticas que explicam a disparada no estoque de dívida desses países entre os anos 2008 e 2010. Ou seja, parte das dívidas que estão sendo negociadas hoje para salvar estes países, na verdade, foi contraída originalmente pelo setor privado.

O que fazer com a Grécia, a Itália e os demais países da zona do euro?

A Grécia, mesmo sendo uma economia pequena dentro da zona do euro, pode levar o mundo a um novo mergulho na crise mundial iniciada em 2008. O problema é que, se o governo grego declarar moratória, diversos bancos europeus, notadamente alemães e franceses, que detêm os títulos da dívida grega, terão muitas dificuldades para incorporarem esse prejuízo nos seus balanços já bastante deteriorados. Pior: se assumirem o calote grego, como poderão rolar as dívidas dos demais países ameaçados?

A saída é recorrer ao Banco Central Europeu (BCE) e ao Fundo Europeu de

Estoque de dívida (% PIB)



Fonte: Eurostat

Estabilização Financeira (Esef, sigla em inglês). Estas instituições, porém, não têm recursos financeiros para resgatar todos os países (a dívida italiana sozinha já é maior que o volume total de recursos disponíveis). Após longas negociações, a solução encontrada foi dividir o prejuízo entre todos: os bancos terão de reconhecer o prejuízo de parte da dívida grega (calote de 50% do estoque), a Grécia terá de promover reformas fiscais (o povo grego pagará parte da conta), e a Alemanha e a França, principalmente, injetarão dinheiro no Esef (os contribuintes, alemães e franceses, pagarão a última parte da conta).

Embora haja diversos questionamentos em torno desta proposta, um ponto é consenso: este pacote representa apenas uma resposta para os problemas de curtíssimo prazo. São medidas suficientes apenas para empurrar o problema com a barriga e dar mais tempo para que uma solução mais duradoura seja negociada. Por mais que ainda não esteja claro que solução é esta, acredita-se que pelo menos três etapas serão fundamentais:

- Regaste temporário das economias com problemas de liquidez: na verdade, este é o objetivo do pacote anunciado em novembro;
- Reforma do sistema monetário da zona do euro: provavelmente será necessário um acordo mais amplo para substituir os títulos de dívida problemáticos por novos bônus com prazos mais amplos e taxas de juros mais baixas;
- Criação de uma união fiscal: os países da zona do euro passariam a controlar apenas parcialmente sua política fiscal; teriam de aceitar um conjunto de regras comum a todos os membros que limitará a capacidade de emitir dívidas e gerar déficit.

E o agronegócio brasileiro?

A hipótese de que o Brasil sentirá apenas levemente os efeitos desta crise é bastante razoável, óbvio, desde que ela não piore drasticamente. Na verdade, a crise abriu mais uma vez a oportunidade para o Banco Central iniciar um processo de redução da taxa Selic, sob a hipótese de que o cenário externo contribuirá para conter a inflação, que já ultrapassou o limite superior (6,5%) da meta estabelecida.

De qualquer forma, com a redução da taxa Selic e o aumento da aversão ao risco dos investidores, o Brasil tende a atrair menos capital de curto prazo, e isso pode reduzir a pressão sobre a taxa de câmbio que, portanto, tende a desvalorizar. Embora o real continue sendo uma das moedas que mais se valorizaram no período, graças à imensa quantidade de dólares que o governo americano colocou no mercado para tentar recapitalizar seu sistema bancário (o famoso *quantitative easing*), o cenário para o exportador agrícola é mais animador que aquele encontrado no primeiro semestre deste ano.

Por outro lado, porém, se a crise se agravar, é razoável supor que os preços das *commodities* agrícolas diminuam. Ou seja, é pouco provável que no próximo ano os preços das *commodities* fiquem de forma generalizada em torno de seus respectivos picos históricos, como ocorreu no primeiro semestre deste ano.

Também não há motivos mais contundentes para acreditar que a demanda chinesa por produtos primários vá sofrer alguma alteração significativa. Ao que tudo indica, a China está conseguindo controlar seu problema com a inflação. É importante, porém, ficar atento à situação do seu sistema bancário. Ainda há fortes rumores de que os balanços dos bancos chineses não são confiáveis e estão, na verdade, deteriorados.

Por fim, para as cadeias agrícolas voltadas para o mercado interno, a economia brasileira provavelmente passará por uma (necessária) desaceleração. Ainda assim, o consumo das famílias, embora também em desaceleração, parece que irá se acomodar em um patamar bastante razoável.

Enfim, tanto para o exportador quanto para o produtor agrícola voltado para o mercado interno, a crise, desde que não fique muito mais séria do que já está, não deve afetar significativamente seus rendimentos para o primeiro semestre de 2012. ■

* Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley

Lições brasileiras à zona do euro

Depois de apagar o incêndio causado pela dificuldade de alguns membros da zona do euro para honrar suas dívidas, provavelmente:

1. o sistema monetário do bloco terá que ser reformado; e
2. uma espécie de união fiscal terá de ser criada.

O Brasil já passou por experiências bem-sucedidas em ambos os casos.

O primeiro poderá ser algo semelhante ao Plano Brady. Para quem não lembra, o Plano Brady foi um acordo lançado no fim dos anos 80 para reestruturar a dívida de alguns países em desenvolvimento. Este acordo consistia em trocar os títulos de dívida destes países por bônus novos, mediante, por um lado, o abatimento da parte do estoque de dívida ou redução dos juros e, por outro, o compromisso dos países em realizar reformas ditas conservadoras. Desta forma, foi possível reestruturar as dívidas desses países.

O segundo será algo como a Lei de Responsabilidade Fiscal, limitando a liberdade de os membros contraírem dívidas e realizarem déficits. Óbvio que a missão europeia será bem mais complicada do que foi a brasileira. Uma coisa é aplicar tais regras em unidades de uma mesma federação, outra é submetê-las a países com sistemas políticos independentes e características econômicas e sociais muito distintas.

Mais tecnologia e investimentos na safra 2011/12

De onde vem o dinheiro?

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1]
Alcides de Moura Torres Junior[2]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[3]
Hyberville Paulo D'Athayde Neto[4]
Marco Túlio Habib Silva[5]

APESAR DAS incertezas com relação à economia mundial, o agricultor brasileiro está animado com a safra de grãos 2011/2012 em pleno plantio no País. As áreas com soja, milho e algodão devem aumentar na comparação com a temporada passada (2010/2011). O motivador são os bons preços das *commodities* agrícolas em geral.

A expectativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de incremento na área de milho entre 4,4% e 5,9% frente à temporada passada. O aumento deve ocorrer principalmente na safra de verão, ou primeira safra. Para a soja, o crescimento está estimado entre 0,9% e 3,0%. A área com algodão deve aumentar entre 3,5% e 7,7% em 2011/2012. O interessante é que este crescimento se dará não só em área, mas será acompanhado também de maior uso de tecnologia nas lavouras.

Crédito

O agricultor está capitalizado. A safra 2010/11 foi de preços bons e custos menores, mas vamos a alguns indicadores:

- Mercado de fertilizantes. Os números da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) mostram um volume de 20,5 milhões de toneladas de fertilizantes comercializadas de janeiro a setembro de 2011. Isto é 23% mais adubo que no mesmo período de 2010. Se as estimativas se confirmarem, o volume de fertilizantes comercializado este ano deve ficar próximo de 26 milhões de toneladas. Recorde!
- Vendas de sementes de milho e soja. Segundo a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), as vendas de sementes de milho e soja cresceram 7% em 2011 na comparação com 2010. A procura por variedades de algodão segue em linha com as demandas da safra anterior.

Cabe destacar que boa parte deste incremento se deu por sementes certificadas e de melhor qualidade. Isto é reflexo da melhoria de renda dos produtores que, além de uma área de cultivo maior, também apostam em ganhos expressivos por hectare.

Crédito para o financiamento da safra

Por meio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2011/2012, o governo federal disponibilizou R$ 107,2 bilhões para o financiamento da produção agropecuária na atual temporada. O valor é 7,2% maior que o disponibilizado na temporada 2010/2011. O dinheiro pode ser contratado de julho de 2011 a junho de 2012. Do disponível para a safra atual, R$ 80,2 bilhões são para custeio e comercialização, dos quais R$ 64,1 bilhões são ofertados a juros controlados, ou seja, com taxa fixa de 6,75% ao ano.

Distribuição dos recursos para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2011/2012 (bilhões de reais)

Financiamento	2010/2011	2011/2012	Variação
Custeio e comercialização	75,6	80,2	6,1%
Investimentos	18,0	20,5	13,9%
Linhas especiais	6,4	6,5	1,6%
Total	**100,0**	**107,2**	**7,2%**

Fonte: Mapa

Preços médios dos insumos agropecuários em 2010 e 2011 (janeiro a novembro) em São Paulo (R$/tonelada)

Produtos	2010	2011	Variação
Ureia agrícola	953,6	1.155,9	21,2%
Cloreto de potássio	1.181,1	1.289,9	9,2%
MAP	1.204,8	1.421,1	17,9%
Calcário agrícola	39,5	47,1	19,4%
Diesel*	1,9	2,0	1,0%

* em R$/litro
Fonte: Scot Consultoria

O aporte maior nesta temporada aconteceu em função do crescimento da safra brasileira e também da expectativa de um custo maior de produção. Por exemplo, os preços dos fertilizantes e corretivos subiram.

Contratação do crédito rural

A aplicação do crédito rural destinado ao Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) teve a maior taxa de crescimento entre as linhas de crédito do Plano Agrícola. Nos meses de julho e agosto de 2011 (últimos dados oficiais), o crédito para o programa cresceu 74,8% em relação ao mesmo período de 2010, chegando a R$ 84 milhões. No mesmo período da safra passada foram liberados R$ 48 milhões.

Os recursos destinados ao custeio e à comercialização com taxas de juros controladas também tiveram crescimento significativo nos dois primeiros meses de vigência do Plano Agrícola. Chegaram a R$ 12,3 bilhões, o que representa um crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período de 2010.

Em relação ao total dos recursos aplicados nos dois primeiros meses do PAP 2011/2012, quando se consideram apenas os financiamentos destinados aos produtores rurais e às cooperativas, houve um crescimento de 8,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A movimentação para a contratação do crédito rural nesta safra está maior.

Portanto...

Os números deixam claro o maior investimento na agricultura em 2011/2012 e a busca de melhorias na produtividade para otimização dos resultados. Isto significa mais dinheiro investido na atividade. O retorno vem através da maior produtividade.

Cabe destacar que, apesar da expectativa de bons preços para os grãos em 2011/2012, com certeza será uma safra de custos maiores. Neste caso, o ganho em escala pode ser a diferença entre o resultado positivo ou negativo. ■

1. Zootecnista, Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2. Engenheiro agrônomo, Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)
3. Zootecnista, Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
4. Médico veterinário, Scot Consultoria (hn@scotconsultoria.com.br)
5. Engenheiro agrônomo, Scot Consultoria (ms@scotconsultoria.com.br)



Biocombustíveis

Fim do protecionismo nos EUA?

Bruno Perosa[1]

A PERMANÊNCIA das políticas de incentivos fornecidos pelo governo dos EUA para a produção e o uso de etanol e biodiesel está na pauta do Congresso norte-americano. Segundo especialistas, a necessidade de cortes orçamentários aumenta as chances de sua extinção no fim do presente ano. Ainda assim, diversas entidades que representam os produtores norte-americanos vêm buscando se articular e repetir, como no último ano, um acordo de última hora para manter os incentivos.

De forma a entender os elementos que compõem este debate, serão apresentados os principais argumentos usualmente mencionados para estabelecer políticas de incentivo à produção e ao uso de biocombustíveis. Em seguida, buscar-se-á analisar as políticas para biocombustíveis vigentes nos EUA sob essa ótica.

Justificando os incentivos

Três argumentos básicos são utilizados para justificar políticas de incentivos a biocombustíveis:

a) Segurança Energética – geralmente é mencionada para ressaltar os riscos que nações enfrentam ao depender de importações de petróleo, em que pesem as grandes incertezas de preço e abastecimento em função dos frequentes conflitos em regiões produtoras. Este argumento foi muito utilizado no início do Proálcool, ainda sob os efeitos do choque do petróleo de 1973. Atualmente, o governo dos EUA faz amplo uso desta justificativa ao defender os subsídios dados aos produtores norte-americanos.

b) Superioridade Ambiental – refere-se à superioridade dos biocombustíveis em relação às alternativas fósseis, supondo-se que os primeiros teriam menor nível de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs), além de menor impacto sobre o meio ambiente. Estudos demonstram que esta premissa nem sempre é verdadeira, não sendo possível justificar políticas que favorecem certas opções derivadas da biomassa. Ainda assim, o argumento ambiental é utilizado como um curinga por governos que buscam legitimar suas políticas frente ao eleitorado.

c) Desenvolvimento Rural – apesar de menos enfatizado no discurso político, explica a maior parte das políticas de incentivo, mesmo em situações em que as outras duas justificativas se mostram infundadas. A manutenção da renda dos produtores agrícolas pode ser apontada como a principal razão por trás de programas de incentivos a biocombustíveis, o que se explica pelo poder de agricultores nas esferas legislativas em grande número de países.

Política de Biocombustíveis nos EUA

Estudo recente assinado pelo prof. Christopher R. Knittel, do MIT[2], analisa a racionalidade econômica e política por trás dos incentivos dados pelo governo norte-americano e que vêm garantindo o desenvolvimento da indústria de etanol e biodiesel naquele país. As políticas são divididas em três categorias básicas: subsídios, padrões de performance ambiental e barreiras comerciais.

Os subsídios são fornecidos tanto na venda do produto final como no financiamento das usinas. Na primeira categoria, destaca-se a Volumetric Ethanol Excise Tax Credit (VEETC), que desde 2004 é paga às empresas distribuidoras (*blenders*) que adicionam o biocombustível ao diesel e à gasolina. Em relação ao financiamento, diversos subsídios federais e estaduais estão disponíveis, tais como isenções fiscais e linhas especiais de crédito.

Os padrões de performance estão vinculados ao Renewable Fuel Standard (RFS), que relaciona os mandatos de mistura com o nível de "emissões de carbono" de cada combustível. Segundo previsto no RFS-2, aprovado em 2007, em 2022 os EUA consumirão 36 bilhões de barris, sendo 21 destes dos chamados biocombustíveis avançados que reduzem em mais de 50% o nível de emissões em relação à gasolina.

A implementação deste mandato é feita por meio de um sistema que identifica o biocombustível misturado por cada *blender*. Cada barril misturado gera um certificado, o Renewable Identification Number (RIN). A partir deste sistema, criou-se um mercado de permissões em que um *blender* que misture mais que o exigido (*standard*) pelo mandato possa vender seu excedente a outro que não tenha obtido a mistura mínima. Se por um lado este mecanismo traz eficiência e permite que *blenders* de regiões com diferentes disponibilidades (e preços) de biocombustíveis tenham mais opções, por outro, cria distorções em relação à competitividade dos diferentes combustíveis. Isso pode ser verificado ao se considerarem os custos adicionais dos vendedores de gasolina (1) e a renda extra auferida pelos produtores de biocombustível (2):

1 - Custo do vendedor de gasolina = Custo compra da gasolina + Custo compra da RIN

2 - Renda produtor etanol = Receita Venda – Custo de produção + Receita da venda da RIN

Assim, essa política atua como uma forma de subsídio aos biocombustíveis que "passam" do *standard* e uma taxação sobre os demais combustíveis (gasolina e diesel). Apesar da roupagem diferente, do ponto de vista econômico, subsídios diretos e padrões de performance funcionam de forma bastante semelhante, garantindo condições privilegiadas aos biocombustíveis. Mas os efeitos redistributivos gerados pelos padrões de performance são bem mais difíceis de se observar.

O último grupo de políticas de incentivos seria o das relacionadas ao comércio internacional, tal como as barreiras comerciais à importação de biocombustíveis produzidos fora dos EUA. Sob o argumento de impedir que o subsídio dado aos *blenders* fosse repassado a produtores estrangeiros, a tarifa de US$ 0,54 por galão incide sobre o etanol importado. Apesar de a tarifa ter pouca fundamentação econômica, sua existência revela como o pilar de desenvolvimento rural é importante nesta política.

O trabalho de Knittel compara a eficiência deste conjunto de políticas com outros mecanismos que permitissem a internalização para produtores dos custos ambientais gerados pelo consumo do combustível. A taxação do carbono e um sistema de *Cap-and-Trade* (estabelece-se um teto de emissões e permite-se que os agentes econômicos transacionem permissões entre si, de forma a ultrapassar este limite) são analisados do ponto de vista de impacto (emissões evitadas) e custos (gastos do governo e distorções ao sistema econômico).

De forma geral, o resultado encontrado, para o caso dos EUA, aponta para um maior custo e menor benefício das políticas de incentivos aos biocombustíveis em relação às outras alternativas que permitissem a redução de emissões de GEEs. Segundo o estudo, o programa americano para produção e uso de biocombustíveis teria um custo social dez vezes superior ao da taxa sobre o carbono ou o *Cap-and-Ttrade*.

Além dos custos que a política de subsídio à mistura do etanol à gasolina (VEETC) tem para os cofres norte-americanos, também se observam efeitos redistributivos desta política entre diferentes setores econômicos e regiões dos EUA. Utilizando técnicas de equilíbrio geral, Knittel demonstra como as regiões produtoras de matérias-primas utilizadas no biocombustível norte-americano (especialmente o milho), se beneficiam desta política (aumento na renda *per capita*) em detrimento das demais regiões do país. Como revela o título do estudo, o "brilho do cinturão do milho" é notável em relação à grande sombra sobre as demais regiões.

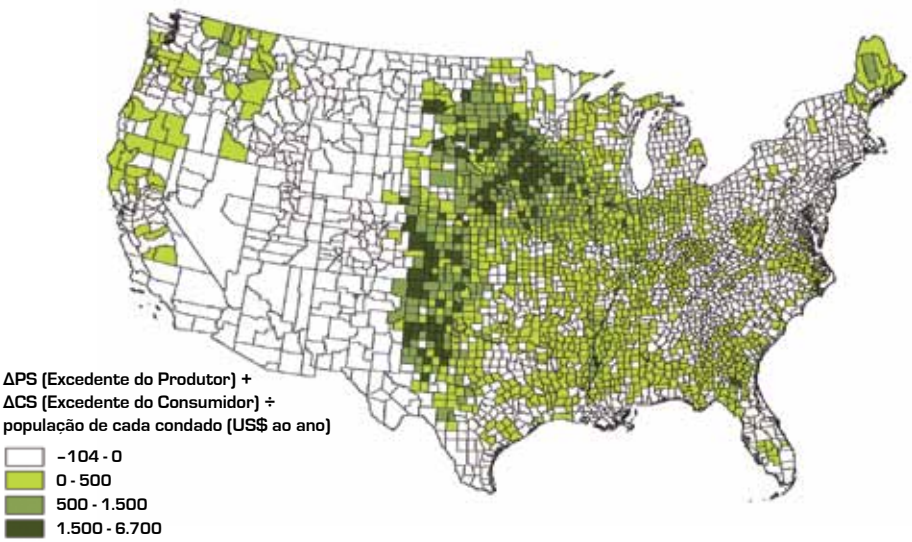
Analisemos agora este conjunto de políticas à luz dos três argumentos que justificariam políticas para biocombustíveis mencionados no início. Do ponto de vista ambiental, o baixo impacto desta política, quando comparado às demais opções para reduzir emissões de GEEs, indica que este argumento não é muito relevante no processo decisório. A existência de tarifa de importação sobre o etanol brasileiro, que apresenta claras vantagens ambientais em relação ao equivalente produzido a partir do milho, reforça esta tese.

Fica claro que a decisão dos legisladores norte-americanos está mais apoiada nos dois outros argumentos citados: desenvolvimento rural e segurança energética. A enorme influência que os agricultores norte-americanos detêm sobre o Congresso e os órgãos regulatórios, como o United States Department of Agriculture (Usda), ajuda a entender o peso que o desenvolvimento rural tem no desenho de políticas nos EUA. Apesar de ser o argumento menos citado, a manutenção da renda dos agricultores explica grande parte deste conjunto de políticas que suportam a produção de biocombustíveis.

A segurança energética também é de fundamental importância para convencer a opinião pública, sempre reiterando a importância de suprir as demandas energéticas com produção doméstica. A conturbada situação geopolítica no Oriente Médio gera grande insegurança nos cidadãos norte-americanos, que temem escassez e encarecimento nos preços da gasolina e do diesel. No entanto, as crescentes exportações de etanol e biodiesel dos EUA para a Europa e o Brasil dificultam que se bata nesta tecla. Este fato também deixa claro o estágio avançado dessa indústria em termos de competitividade, o que tem sido correntemente mencionado pelos opositores das políticas vigentes e que parece já ter sido absorvido pela opinião pública.

A análise desses três pilares revela uma maior chance de extinção dos incentivos governamentais este ano. O enfraquecimento dos argumentos de segurança energética e os profundos cortes no orçamento agrícola, em razão da complicada situação fiscal, enfraquecem a bancada agrícola no Congresso norte-americano. Ainda assim, o setor agrícola já demonstrou que tem poder e pode repetir um acordo de última hora para manter esses incentivos. É esperar para ver. ■

Variação regional na renda *per capita* anual em razão da VEETC



Fonte: Stephen P. Holland, Jonathan E. Hughes, Nathan Parker, and Christopher R. Knittel, Green Acres? Transportation Carbon Policies, Costs, and Land Use (mimeo, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA, 2011)

2. Corn Belt Moonshine: The Costs and Benefits of US Ethanol Subsidies

1. Doutorando em Economia de Empresas (EESP-FGV) e pesquisador do GV-Agro

Açúcar e etanol

Oportunidade para o crescimento do setor

Plinio Mario Nastari*

O BRASIL levou praticamente 450 anos para atingir uma escala de produção de cana-de-açúcar de 91 milhões de toneladas, em 1975. Foi a diversificação na direção da produção de etanol, intensificada com a criação do Programa Nacional do Álcool, em novembro de 1975, que elevou esta escala para 620 milhões de toneladas na safra 2010/11.

Boa parte deste crescimento ocorreu depois que a atividade foi sendo gradualmente liberalizada. Este já foi um dos setores da economia mais regulados, no qual os produtores eram meros agentes de um planejamento centralizado, com comercialização controlada, direta ou indiretamente, pelo Estado. Esta liberalização ocorreu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que definiu claramente os limites da intervenção do Estado no domínio econômico privado e levou à extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1989. O governo, que antes definia o volume a ser produzido por cada usina, as cotas de fornecimento de cana, as ordens de saída dos estoques, os preços a serem praticados para cana, açúcar e etanol, que detinha monopólio sobre as exportações de açúcar, foi se retirando gradualmente do setor, até que, a partir de fevereiro de 1999, a intervenção do Estado neste setor tornou-se mínima.

Foram a combinação de intervenção mínima, a competitividade do açúcar e do etanol produzidos no Brasil e a perspectiva de demanda em crescimento que trouxeram investimentos privados que alavancaram a capacidade de produção e fizeram com que em uma década, entre 1999 e 2010, a moagem de cana industrial dobrasse de 307 para 620 milhões de toneladas. Este desempenho não é pouca coisa. A produção inteira da Austrália, terceiro maior exportador do mundo, é de 33 milhões de toneladas; da Tailândia, segundo maior exportador depois do Brasil, é de 94 milhões de toneladas.

Neste momento, o setor sucroalcooleiro passa por mais uma fase de transição. Embora as perspectivas de expansão de demanda continuem mais fortes que nunca, a competitividade inquestionável, conquistada no início da década passada, diminuiu, graças à apreciação do real e ao aumento dos custos reais de insumos importantes como mão de obra, peças de reposição e operações de mecanização agrícola. A perda de competitividade só não teve até agora consequências maiores, por causa da escala e da importância que o Brasil conquistou no mercado mundial, para o qual supre 53% das exportações mundiais de açúcar e 62% das exportações mundiais de etanol. No entanto, a supremacia brasileira, que fez com que na década passada praticamente crescesse sozinho para atender à crescente demanda mundial, deverá ser substituída por um crescimento compartilhado com alguns outros países bem posicionados do ponto de vista de competitividade, localização e capacidade de expansão.

A verdade é que, mesmo tendo atingido a escala atual, o Brasil está longe de ocupar grandes extensões de terra com a cana-de-açúcar. O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, conduzido com maestria pela Secretaria da Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, indicou que existem 65 milhões de hectares de terras férteis no Brasil aptas para o cultivo de cana-de-açúcar, sem ameaçar os biomas protegidos da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal e da Mata Atlântica, e que apenas 8,1 milhões de hectares estão hoje em cultivo, dos quais apenas 4,5 milhões de hectares utilizados para a fabricação de etanol. Com este volume de terras, em 2010 o Brasil logrou substituir 44,5% de toda a sua gasolina por etanol, em gasolina equivalente, o que empalidece o desempenho atual e até as metas de longo prazo estabelecidas nos Estados Unidos e na União Europeia para a substituição de gasolina por biocombustíveis, respectivamente, de 20% em 2022, e 10% em 2020.

O crescimento da produção de cana industrial tem sido um enorme vetor de desenvolvimento descentralizado, trazendo transformações estruturais no campo

Produção do setor sucroalcooleiro

Produto	1975	2010	Variação
Cana-de-açúcar (milhões t)	91,0	620,0	581%
Açúcar (milhões t)	5,9	38,0	544%
Etanol (bilhões litros)	0,6	27,4	4793%

Fonte: Unica


SXC.HU

econômico e social nas suas áreas de influência, como demonstra o crescimento observado no interior do Estado de São Paulo, e agora começa a atingir as regiões de expansão em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais.

O crescimento sustentável desta atividade ainda é possível, em particular com a demanda potencial que cresce a cada mês com as vendas acumuladas de veículos equipados com a tecnologia *flexfuel*, que até o fim desta década devem representar grande parte da frota total. Além disso, a almejada abertura do mercado norte-americano para as exportações de etanol, livres do imposto de importação, deve ocorrer a partir de 1º de janeiro próximo, já que o subsídio federal de 45 centavos de dólar por galão e o imposto de importação de 54 centavos de dólar por galão não devem ser renovados, pelas dificuldades representadas pelo crônico déficit orçamentário dos EUA.

As perspectivas são alvissareiras e deveriam estar induzindo ao planejamento de investimentos em expansão da capacidade industrial para atender a estes mercados. Isso não tem ocorrido ainda por dois motivos:

I. incertezas quanto à viabilidade econômica do etanol combustível no mercado interno, que tem sido mantido em xeque pela política de preços da gasolina, que tem mantido o preço na refinaria mais a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), estagnada desde setembro de 2005; e
II. incertezas sobre a intensidade da intervenção que poderá advir da nova regulamentação do setor sendo gestada no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Quanto à competitividade do etanol em relação à gasolina, as medidas de apoio no curto prazo devem estar relacionadas à desoneração fiscal, da mesma forma que isso vem sendo feito com a gasolina, se o objetivo for evitar o repasse dos aumentos de custo para o consumidor.

Quanto aos novos critérios de regulamentação, eles devem estar mais relacionados ao controle da evasão fiscal na área de combustíveis, que afeta a competição justa entre os agentes econômicos e causa ineficiências inaceitáveis do ponto de vista social, e menos no controle de atividades que devem ser livres. Esta regulamentação não deve engessar a atividade e inibir investimentos. Ao contrário, deve estimulá-los ao estabelecer condições justas de competição que induzam novos investimentos.

Espera-se que a ANP, ao definir novas regras para a comercialização de etanol, crie condições para que o enorme potencial de mercado que se abre, no campo interno e externo, seja aproveitado com o uso dos fatores de produção e capacidade tecnológica que colocaram o Brasil numa condição ímpar nesse setor.

Esta nova regulamentação deve criar um mercado de etanol mais estruturado, em contratos que permitam *hedge* de preços, e menos dependente de negociações no mercado à vista. E deve deixar transparentes, e o mais simples possível, as condições mínimas para expansão da capacidade instalada, sem interferir nos volumes a serem produzidos anualmente e nem no livre arbítrio para atendimento dos mercados, sejam eles internos ou externos.

Qualquer interferência na capacidade do empreendedor em tomar decisões independentes sobre o seu mix de produção, o preço do produto, a sua estratégia de comercialização e estocagem pode gerar distorções que podem inibir investimentos. O risco é o País perder a oportunidade de continuar crescendo a produção num setor em que conquistou a vanguarda mundial. Até 2020, portanto em apenas oito anos, já que a safra de 2012 já está determinada, este setor tem a oportunidade de dobrar novamente de tamanho. Cabe ao governo criar as condições para que os agentes econômicos privados se mobilizem nesta direção. ■

* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

Agronegócio dos EUA

As últimas de 2011

Horrys Friaça*

TODA ATENÇÃO voltada para o Congresso dos EUA. No momento, o Legislativo discute o tamanho dos cortes sobre o orçamento destinado à agricultura para os próximos anos. Consequentemente, também se discute como adequar a próxima *Farm Bill* a esses cortes. Tais discussões ocorrem este ano em ambiente novo e totalmente inusitado, portanto, ainda menos previsível.

Trata-se do *Joint Select Committee on Deficit Reduction*. Composto de apenas 12 congressistas (metade de cada partido), o também chamado "Supercomitê" estava incumbido de apresentar, até o fim deste mês de novembro, uma proposta indicando as diferentes áreas do orçamento pelas quais serão distribuídos US$ 1,2 trilhão em cortes orçamentários nos próximos dez anos. Agricultura é apenas uma delas. Uma vez elaborada pelo "Supercomitê", a proposta será então submetida à aprovação definitiva pelo Congresso. Caso não receba aprovação, o governo cortará, horizontalmente, os mesmos US$ 1,2 trilhão, distribuindo de maneira equivalente os cortes por todas as áreas do orçamento.

Neste contexto, com intuito de pautar os debates e prevenir cortes excessivos no orçamento agrícola, os Comitês de Agricultura da Câmara e do Senado propuseram ao "Supercomitê" que os cortes não excedessem US$ 23 bilhões. Tal montante representaria menos de 15% de redução no orçamento aplicável à agricultura nos próximos dez anos. Seria, também, significativamente inferior aos US$ 33 bilhões propostos pela Casa Branca. Certamente, ainda menor que o eventual corte horizontal.

Além de propor o montante dos cortes, os Comitês de Agricultura da Câmara e do Senado também pretendem influenciar o "Supercomitê" em relação à maneira de aplicar tais cortes nos programas agrícolas. Neste ponto, avalia-se que as propostas emanadas dos Comitês de Agricultura para o "Supercomitê" poderão definir, antecipadamente, a próxima *Farm Bill*. Parte do *lobby* agrícola gostaria, simplesmente, da prorrogação da *Farm Bill* até 2013 para discutir a versão seguinte em meio às eleições. Haveria, assim, maior condição para barganhas políticas. O que acontecerá ainda está incerto. Menos previsíveis, ainda, são os resultados dos trabalhos do "Supercomitê" e a posterior aprovação dos mesmos pelo Congresso. Entretanto, o que importa, neste momento, é que algumas tendências identificadas no início deste ano em relação aos subsídios agrícolas estão se consolidando e poderão se concretizar logo. A principal delas é a redução ou substituição dos Pagamentos Diretos pelo reforço aos demais programas da Rede de Segurança dos agricultores americanos. Principalmente dos Seguros de Safra calculados sobre a renda ou lucratividade das propriedades.

Os Pagamentos Diretos vêm sendo muito questionados pela opinião pública dos EUA, pois a maior parte dos recursos do programa acaba sendo recebida pela parcela mais rica dos agricultores. Ademais, por considerar a média da área plantada nos últimos anos, alguns produtores têm acesso aos pagamentos sem ao menos produzir naquele ano. Outras vezes, a baixa produtividade de suas colheitas, ou mesmo os elevados preços obtidos pela comercialização naquele ano não impedem os agricultores de receberem o subsídio. Apesar disso, os Pagamentos Diretos são considerados pouco distorcivos (caixa verde) pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dentro da tendência de reforço aos Seguros de Safra calculados sobre a renda, a novidade seria então a substituição dos Pagamentos Diretos e até mesmo dos Contra Cíclicos por uma nova linha de seguro que cobriria perdas menos expressivas na renda das propriedades por diversos fatores (*Shallow Losses*). A eliminação ou reformulação radical de programas pouco acessados ou ineficientes, como o Average Crop Revenue Election (Acre) e o Suplemental Revenue Assistance Payments (Sure), também poderia contribuir para viabilizar a nova modalidade de seguros.

Atualmente, os EUA subsidiam, aproximadamente, 60% do prêmio pago pelo produtor na contratação de seguros que só podem ser acionados quando a perda de renda excede os 25%. A nova modalidade permitiria o acionamento quando constatadas perdas muito menos expressivas, a partir de 5% a 10% da renda. Os proponentes estimam que tal substituição dos Pagamentos Diretos pela nova modalidade de seguro para *Shallow Losses* significaria uma economia de, aproximadamente, 50% em relação aos gastos do primeiro programa. Contudo, a maior abrangência e a complexidade dos fatores de mercado ligados à garantia de renda podem acabar gerando um desembolso ainda maior com o novo seguro que o montante empregado nos Pagamentos Diretos.

Ademais, os críticos da nova modalidade também argumentam que, estando os preços das *commodities* agrícolas tão elevados, qualquer redução de preço acabaria por recompensar os produtores por, simplesmente, retornarem a um patamar de preços usual. Muitas vezes, ainda acima

dos preços tradicionalmente observados. O fato é que tanto o reforço dos seguros calculados sobre a receita da propriedade, ou mesmo a criação da nova modalidade de seguro vêm sendo defendidos pelas representações das principais *commodities* (milho, soja, trigo e algodão). Por outro lado, a American Farm Bureau Federation (FB) é contrária à criação do novo seguro, por acreditar que o mesmo poderia estimular os produtores rurais a assumirem riscos excessivos e que poderiam gerar distorções nos mercados (incremento do preço de arrendamento de terras, insumos e desequilíbrio da relação de oferta e demanda em certas cadeias).

Para os agricultores brasileiros e demais competidores mundiais, a concretização deste tipo de tendência merece acompanhamento, pois poderia significar a substituição de subsídios reconhecidamente menos distorcivos por políticas agrícolas com maior potencial de distorção dos mercados, baseadas, diretamente, na garantia da renda final do produtor. Além disso, no fim das contas, a má notícia é que a tão aguardada redução dos subsídios agrícolas dos EUA deverá ser muito menos expressiva que o necessário para afetar, significativamente, a competitividade do agronegócio exportador de lá. Lamentável também é que a possível redução dos subsídios agrícolas dos EUA acabará acontecendo por pura pressão deficitária doméstica, sem que tenha contribuído para avanços maiores da Rodada de Doha da OMC.

A necessidade de reduzir o orçamento dos programas de suporte governamental dos EUA também gera, cada vez mais, pressão contra a renovação dos subsídios à mistura de etanol na gasolina (crédito fiscal de US$ 0,45/galão) e tarifa aplicável às importações do produto (US$ 0,54/galão). A notícia mais aguardada pelo setor sucroalcooleiro do Brasil nunca foi tão apoiada pela opinião pública e pelos setores da própria economia dos EUA. Dessa maneira, não seria surpresa se ocorresse a simples expiração dos regulamentos que mantêm tais subsídios ao fim deste ano. Setores do agronegócio reclamam, com veemência, que os subsídios à produção de etanol ocasionam preços distorcivamente elevados para o milho e inviabilizam a expansão de algumas cadeias, como a suinocultura, a avicultura e o confinamento de bovinos. Outros setores da economia endossam o coro contra os subsídios, por acreditarem que a cadeia já esteja substancialmente consolidada e que a tarifa acaba impedindo o acesso do consumidor americano ao etanol mais barato produzido em países como o Brasil. Como reforço, o recente relatório da Comissão de Comércio Internacional dos EUA apontou que a eliminação dos subsídios traria mais benefícios que a manutenção de tais medidas de apoio. Poderia gerar ganhos líquidos de US$ 1,5 bilhão à economia dos EUA, apesar de ligeira diminuição da produção doméstica e redução de 4 a 5% na geração de empregos do setor. Percebendo a ameaça aos subsídios e reconhecendo a possibilidade de perdê-los, a Renewable Fuel Association, principal entidade defensora, enviou comunicado ao escritório de Representação Comercial dos EUA exortando o governo dos EUA a não ceder à eliminação de tais medidas de apoio doméstico sem contrapartida às negociações com países potencialmente beneficiários da medida.

Por outro lado, os agricultores dos EUA puderam comemorar a recente assinatura dos acordos de livre comércio firmados com a Coreia do Sul, o Panamá e a Colômbia. Ao todo, estima-se que tais acordos gerem US$ 2,3 bilhões em novas oportunidades comercias para produtos do agronegócio dos EUA. Sejam pela redução de tarifas ou demais melhorias nas condições de acesso dos produtos do agro. Neste quesito, além do ganho direto para os produtores americanos, registra-se a perda para os brasileiros, que terão sua competitividade prejudicada pelas facilidades obtidas pelos americanos. Ficará mais difícil exportar nossa carne bovina e suína para a Coreia do Sul quando lograrmos o reconhecimento sanitário.

Outra fonte de boas notícias, desta vez para o lado brasileiro, são as negociações para o acesso de carne fresca suína e bovina ao mercado dos EUA. Após o reconhecimento da condição sanitária dos rebanhos de Santa Catarina no fim do ano passado, o governo brasileiro está prestes a comprovar a equivalência das condições de saúde pública dos abatedouros daquele Estado. Tais negociações estão no estágio final, aguardando-se uma resposta conclusiva dos EUA que possibilite exportarmos até o fim deste ano.

No que se refere à carne bovina *in natura*, vencemos a famigerada "análise de impacto econômico", principal etapa que impedia a publicação da análise do risco sanitário do nosso produto, processo que se arrasta há mais de 12 anos. Recentemente, o governo dos EUA concluiu que a eventual importação de carne bovina do Brasil não traria impacto econômico significativo aos produtores norte-americanos nem a parceiros comerciais já estabelecidos e nem conflitaria com outras legislações do país. Abriu-se, então, o caminho para a publicação, em consulta pública, da proposta de regulamento. O governo dos EUA terá então de responder aos comentários recebidos sobre a norma para que possa publicar sua versão final que reconhecerá a condição sanitária brasileira. No caso do reconhecimento de Santa Catarina, sete meses foram necessários entre a consulta pública e a sanção final do regulamento. Repetindo-se a mesma dinâmica, teremos excelentes notícias para o segundo semestre de 2012. Agora é torcer para que os controles sanitários brasileiros comprovem, mais uma vez, a sua robustez e não permitam que os focos de aftosa no Paraguai ameacem a nossa festa. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

* Adido Agrícola na Embaixada do Brasil em Washington

Evento Rio+20

Discutir o desenvolvimento sustentável

LÍDERES DOS 193 Estados integrantes do quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), além de representantes de vários setores da entidade, estão com as suas agendas tomadas para participar da Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro entre os dias 20, 21 e 22 de junho de 2012. O encontro marca o aniversário:

- 20º da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu na capital carioca em 1992, que rendeu a criação de vários documentos importantes como a Agenda 21, a Carta da Terra e as Convenções do Clima e da Diversidade Biológica;
- 10º da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (África do Sul) em 2002.

A Comissão Nacional e o Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre a Rio+20 foram definidos pelo subsecretário-geral do Departamento Econômico e Social da ONU, também coordenador do encontro, o diplomata chinês Sha Zukang. A Comissão é copresidida por dois ministérios: do Meio Ambiente e das Relações Exteriores.

A Rio+20 tratará basicamente de dois temas:

- A economia verde no contexto da erradicação da pobreza;
- A estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas.

Em 1º de novembro último, o governo apresentou documento de 37 páginas, a título de contribuição do Brasil para o processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O texto apresenta as visões e propostas iniciais do Brasil sobre os temas e objetivos da Conferência.

Elaborado a partir dos trabalhos da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com base em extensas consultas à sociedade e a órgãos do governo, o documento cita que a Rio+20 é uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável e não apenas sobre meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza são tratados no contexto da economia verde, que, de acordo com a ONU, pode ser definida como aquela que resulta em melhoria do bem-estar das pessoas, em razão de uma maior preocupação com a equidade social, com os riscos ambientais e com a escassez dos recursos naturais.

Na verdade, a discussão sobre essa nova economia tem grande intensidade e fica mais complexa. Muitos pesquisadores defendem a formulação de um novo marco teórico. Outros dispensam essa necessidade, sob a alegação de que os instrumentos da economia tradicional podem e devem ser utilizados para orientar os formuladores de políticas públicas com vista ao desenvolvimento da economia verde.

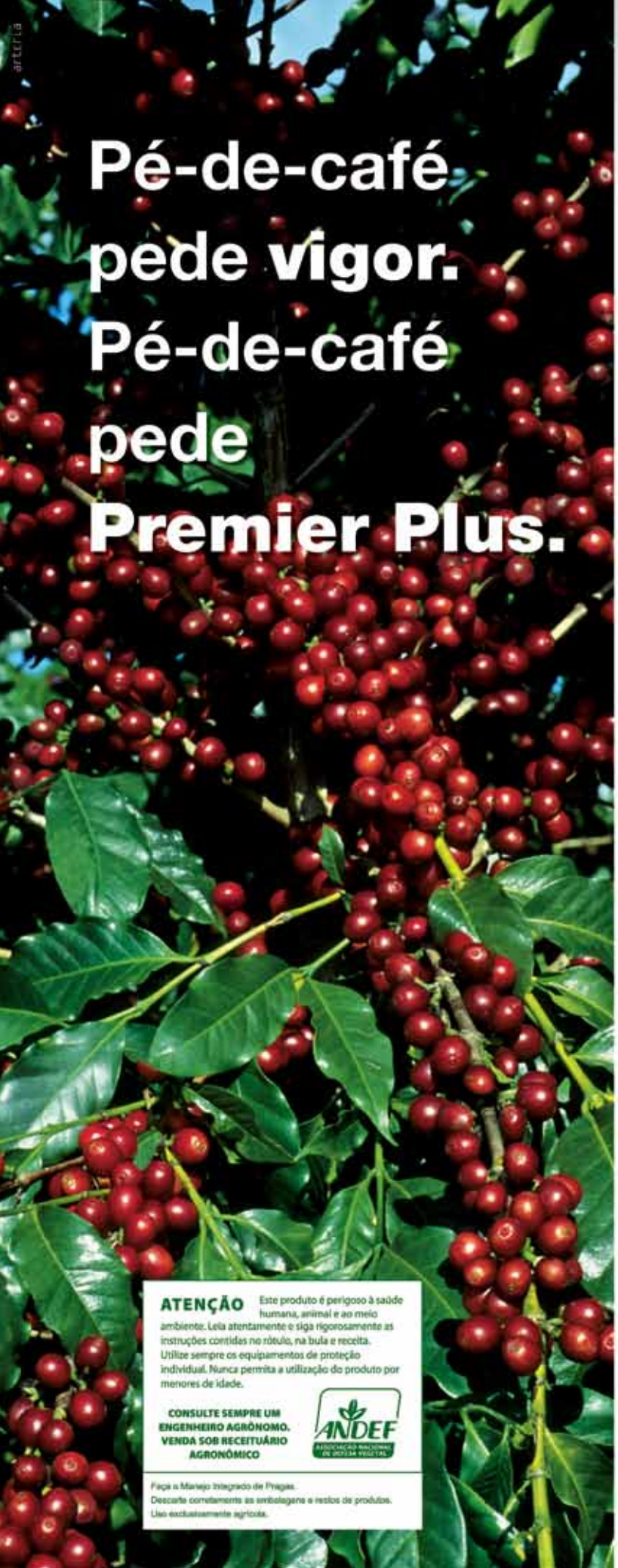
De qualquer forma, o texto do documento é importante fonte de referência para balizar e dar foco ao grande número de mobilizações que estão em curso no País no chamado Rumo à Rio+20. Uma das principais iniciativas é a do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC), formado por organizações, coletivos e redes da sociedade civil brasileira, criado com a finalidade específica de articular e facilitar a participação da sociedade civil no processo deflagrado pela Conferência.

Em atividade desde 2010, as tarefas do CFSC são múltiplas, e, além de fortalecer a atuação das organizações relacionadas, também incluem ações de capacitação e mobilização na sociedade civil, promoção de treinamentos e debates relacionados ao tema da conferência e a realização da Cúpula dos Povos pelo Desenvolvimento Sustentável – evento a ocorrer no mesmo período que a Rio+20.

No capítulo final das conclusões, o documento destaca que o evento é uma oportunidade de identificação de soluções de longo prazo para os desafios do momento. O desenvolvimento sustentável envolve três áreas que enfrentam graves crises nos últimos anos:

- A econômica, pela crise financeira que assola os países desenvolvidos e desafia o crescimento do mundo em desenvolvimento;
- A social, em que a estabilidade dos empregos e o acesso aos bens mais básicos ainda não são assegurados a grande parte da população mundial;
- A crise do meio ambiente, pelas pressões sobre os recursos naturais e as consequências da mudança do clima.

Com decisões que assegurem o tratamento adequado do desenvolvimento sustentável no plano das estratégias nacionais e locais, de objetivos e de governança multilateral, com a significativa compreensão acerca da inter-relação entre os diferentes setores, a Rio+20 poderá ir além da universalização dos princípios da Rio 92, poderá contribuir para consolidar o desenvolvimento sustentável como resposta de longo prazo para o enfrentamento das crises econômica, social e ambiental. ■



BAYER

Premier® Plus

ÚNICO COM REGISTRO PARA GOTEJO

Chegou Premier Plus, o fungicida-inseticida líquido da Bayer CropScience que veio para facilitar o manejo de doenças e pragas no café, oferecendo maior vigor e produtividade à sua lavoura.

- Controle da ferrugem, bicho-mineiro e cigarra
- Maior vigor à lavoura, pois age desde a raiz
- Único fungicida-inseticida com registro para gotejo
- Fácil aplicação
- Força Anti-Stress
- É da Bayer CropScience

Premier Plus.
É líquido e certo.



Bayer CropScience

www.bayercropscience.com.br

saviezza

Dow AgroSciences Pastagem.
Soluções do tamanho do Brasil.

*Marcas registradas de Dow AgroSciences.



ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

CONSULTE SEMPRE UM ENGENHEIRO AGRÔNOMO. VENDA SOB RECEITUÁRIO AGRONÔMICO.

ANDEF
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL

É mais que produto. É tecnologia, programas e serviços de qualidade.

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo e a **Dow AgroSciences** tem papel importante nessa conquista. Com um portfólio completo de soluções para pastagens, a **Dow AgroSciences** vai além dos melhores produtos e oferece programas e serviços de qualidade que contribuem para o aumento da produtividade por hectare. Inovações que dão todo o suporte para o pecuarista e o país continuarem crescendo.

0800 772 2492 | **www.dowagro.com.br**

Dow AgroSciences
PASTAGEM

AGRICULTURA E ALIMENTOS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL



Junto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) realizaram, em 20 de outubro último, a terceira versão do Fórum como parte das celebrações do Dia Mundial da Alimentação, comemorado em 16 de outubro. Na oportunidade, foi prestada homenagem a José Graziano da Silva, primeiro brasileiro a assumir o cargo de diretor-geral da FAO, que encaminhou mensagem especial para o evento.

Abertura

Manter a capacidade competitiva

Luiz Carlos C. Carvalho*



É uma grande honra tê-los conosco para trabalharmos na questão da inovação da agricultura e dos alimentos. Trata-se de um tema relevante para discutirmos, com intensidade, as oportunidades nos elos da cadeia produtiva brasileira.

Vivemos já há alguns anos uma realidade diferenciada em relação ao século passado. A agricultura vinha com queda de preço real, graças aos ganhos de produtividade. Tínhamos como característica uma produção acima da demanda. A agricultura foi a base do desenvolvimento industrial de vários países como o Brasil. Na virada para o século XXI, na questão de preços agrícolas, a agroinflação a que assistimos pode não ser uma situação conjuntural, mas estrutural.

O Brasil passa a ser um foco extremamente importante no mundo, pelas características de sua capacidade competitiva, com a conquista do Cerrado, o plantio direto na palha, a integração lavoura-pecuária e reflorestamento. Trabalhamos agora na recuperação de solos degradados. Enfim, são realizações exuberantes, cuja imagem precisa ser passada para a sociedade, pois representam um impacto positivo para a sustentabilidade.

* Vice-presidente da Abag

Mudanças na agenda brasileira

João Sereno Lammel*



Como parte dos diversos elos produtivos do agronegócio brasileiro, das instituições acadêmicas e dos órgãos governamentais, recebemos com orgulho a eleição do engenheiro agrônomo José Graziano da Silva como diretor-geral da FAO.

Felizmente, o Brasil tem revertido, em âmbito interno, o quadro preocupante da fome e ainda contribuído para prover alimentos em nível mundial. O País deve essa competitividade à adoção das tecnologias incorporadas ao campo, que multiplicam a produtividade das lavouras e da pecuária. Isso permite produzir mais em menos área.

Dessa forma, recursos naturais importantes, como terra e água, são poupados. Para usufruirmos desse potencial de sua força agrícola, a agenda brasileira exige algumas mudanças.

Enfrentamos obstáculos com a lentidão em aprovar novas tecnologias para impulsionar ainda mais a competitividade do campo, a melhoria urgente nas áreas de infraestrutura e logística, a abertura de novos mercados para o agronegócio brasileiro e uma política tributária que desonere o agricultor e as cadeias de valor, tanto em âmbito doméstico quanto na pauta da exportação.

Mesmo com esses percalços, a agropecuária brasileira incorpora ganhos nos indicadores de desenvolvimento, tanto no campo quanto na cidade. Os investimentos em pesquisas de novas tecnologias para a produção de alimentos são os grandes protagonistas do salto de qualidade.

Devemos muito a um empenho louvável de diversas entidades de pesquisa, como o centenário Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o Instituto de Tecnologia da Alimentação (Ital), a Embrapa e outras valorosas instituições. Citem-se, ainda, os laboratórios de empresas públicas e privadas dos mais diversos setores agroindustriais.

As tecnologias incorporadas à agricultura mudaram a face da produção e a oferta de alimentos. Há cinco décadas, a falta de comida no Brasil era manchete em jornais. Mas como nos últimos 20 anos a produção de grãos no Brasil cresceu mais de 100%, o preço real dos alimentos caiu pela metade. Se mantivéssemos os níveis de produtividade de duas décadas atrás, como seria hoje a questão de alimentos no Brasil?

* Presidente do Conselho da Andef

Alimento com quantidade e qualidade

Mônika Bergamaschi*



Promovemos, no Parque da Água Branca, em 16 de outubro último, o evento Alimentando a sua Saúde. Não se trata mais de matar a fome, mas de ter uma visão diferenciada da saúde. As estatísticas mostram que 50% da população adulta brasileira são de obesos, enquanto 1,2 bilhão de pessoas passam fome no mundo. É um paradoxo: a segurança alimentar, seja pela falta de comida, como também pela má alimentação.

Há grande desafio adiante: garantir a segurança na produção de alimento, energia e fibra para uma população crescente, com a estreita observação daquilo que é a sustentabilidade. O Brasil tem de aproveitar esse cenário, sendo um *player* capaz de produzir e fornecer com a sustentabilidade.

Está acontecendo também, no dia de hoje, em Campinas, um seminário sobre alimentação escolar. As pessoas estão lá para aprender sobre a importância do alimento em quantidade e qualidade.

Temos gente, terra e tecnologia para produzir, em quantidade e qualidade, com segurança nutricional. Desenvolvemos capacidade de preservar os alimentos para se tornarem funcionais e trazerem bem-estar para a população. Estamos bem delineados com as tendências desse nosso futuro. Precisamos decidir o que queremos.

Cabe aos governos, federal, municipais e estaduais, trabalhar em conjunto, para valorizar e levar os conhecimentos da pesquisa até o consumidor. Dessa maneira, garantir o direito de acesso à alimentação permanente, conforme colocado na Constituição. Esse é um excelente passo.

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Grandes linhas para avançar

Hélder Muteia*



Temos estado nesta longa jornada para uma melhor segurança alimentar no mundo. Participamos e organizamos muitos eventos. Mostraremos os grandes desafios no quadro da agricultura e da segurança alimentar, nesta conjuntura de preços dos alimentos e da crise à estabilidade.

Nos últimos cinco anos, convivemos com a alta dos preços dos alimentos e os danos ao esforço de reduzir a fome no mundo. Estudo do Banco Mundial mostra que, entre 2010 e 2011, 70 milhões de pessoas saíram da categoria de pobres para a categoria de extremamente pobres.

São 925 milhões de pessoas que passam fome no mundo. É uma situação inaceitável para a humanidade. O mapa da fome mostra as situações mais críticas na África subsaariana e no sul da Ásia. Na América Latina, a Bolívia é um país em dificuldade. O Brasil avançou bem, mas também a situação não está 100% resolvida.

As principais causas da insegurança alimentar passam pela alta dos preços, fraca produção agrícola, pelas desigualdades sociais, pelos desastres naturais, ataques de pragas, problemas sociais e econômicos e pela conjuntura política, dentre outros.

Com isso, temos dez milhões de mortes por ano (cinco milhões de crianças – uma em cada cinco segundos, sendo 2/3 nas área rurais de países pobres). A região do Chifre da África vive a pior seca desde 1950, com 12,4 milhões de pessoas gravemente afetadas. Nos próximos três meses, se nada for feito, cerca de 750 mil pessoas estarão em risco de morte.

Para as Nações Unidas, a meta do milênio era reduzir pela metade, até 2015, a população afetada pela fome e pobreza, mas estamos ainda muito longe de alcançar isso.

Em 2050, seremos nove bilhões de pessoas, e a produção deve crescer em 70%. O desafio é aumentarmos a produção e a produtividade. A escassez da água é um fator complicador, pois:

- 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água para consumo;
- 2 bilhões de pessoas vivem sem saneamento básico;
- 70% da água são empregados na agricultura;
- Em 2050, haverá um aumento de 11% de água para irrigação.

As mudanças climáticas acontecem com o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a incidência de desastres naturais e as alterações dos ciclos de chuvas e do mapa de plantio agrícola.

O efeito da degradação dos solos acontece em mais de 20% de todas as áreas cultivadas, em 30% das florestas e 10% dos solos. Enquanto isso, o crescimento da demanda chinesa é o grande exemplo mundial.

Importação de soja em grão (milhões t)

	95/96	03/04	08/09	09/10	10/11
China	0,6	16,9	41,1	49,5	52,0
Mundo	16,5	54,6	90,1	98,0	106,5

Fonte: FAO

Temos também as novas preferências de consumo e hábitos alimentares. Cresce a preferência por alimentos processados, proteína animal, frutas e legumes. Isso abre mercados e cria oportunidades. As dietas desbalanceadas (*fast-food*, obesidade etc.) são problemas, junto com o desperdício de alimentos. Na África, 40% da produção são perdidos pela deficiência de infraestruturas.

Para a FAO, os biocombustíveis devem ser abordados e como ponto de reflexão: eles disputam no uso de terras aradas e no consumo de cereais. Se for feito em condições perfeitas, está bem. Então, a FAO recomenda o abandono de subsídios. Os Estados Unidos produzem etanol a partir do milho altamente subsidiado. O caminho dos biocombustíveis deve ser baseado no princípio das vantagens comparativas.

Nos cereais, de 2000 a 2010, a relação mundial entre estoque e consumo teve queda. Na safra 2010/11, em termos mundiais, houve redução da produção (1,1%) e aumento na utilização (1,9%). Os estoques continuam em níveis muito baixos.

Os três pilares defendidos pela FAO para apoiar a agricultura constituem os acessos à terra, à água, à tecnologia, ao mercado, ao crédito e ao seguro agrícola. Setenta por cento das pessoas que passam fome no mundo são pequenos agricultores, na África e no sul da Ásia.

A FAO sempre teve um discurso muito equilibrado em relação à Revolução Verde: ela trouxe um saldo positivo nos anos 60 e 70, do ponto de vista de produtividade e produção de alimentos. A sua imperfeição foi negligenciar alguns cereais fundamentais para as comunidades mais pobres, os assuntos ambientais; e não resolveu os desequilíbrios regionais.

Então, essas são as grandes linhas para avançarmos. O combate à pobreza, que é a mãe da fome. A presença de liderança forte, como o interesse do G-20 pela problemática da fome. O apoio para a agricultura familiar, através de ações de cooperação entre países.

Para a FAO, o setor privado tem papel fundamental para combatermos a fome e aumentarmos a produção. Precisamos dar a rede de proteção social para a camada mais vulnerável. Há pessoas encurraladas na pobreza, como na zona do Chifre da África. Não podemos aceitar pessoas morrendo de fome.

* Representante da FAO no Brasil

Primeiro painel
Inovação e Alimento Saudável: Visão Acadêmica e da Legislação

Tecnologia para o campo

Filipe Geraldo de Moraes Teixeira*



Pretendo comentar o papel da Embrapa na inovação e geração de tecnologia e como a legislação impacta nesse processo.

Como, por segundo, 4,17 pessoas nascem e 1,8 pessoas morrem, temos o aumento populacional, que coloca dez grandes desafios para as próximas décadas: alimentos, doenças, água, democracia, pobreza, qualidade de vida, energia, educação, meio ambiente e guerras, além de desafios propriamente com relação a alimento, à água, pobreza, energia e ao meio ambiente. Metade deles depende da agricultura.

Da quantidade de terras disponíveis no mundo para a agricultura, de 4,3 bilhões de hectares, 1,4 bilhão é cultivado. Mais da metade das áreas disponíveis estão concentradas na África e na América Latina.

Com disponibilidade de água, luz e terra, o Brasil é o único país do mundo com território localizado no cinturão tropical que foi capaz de desenvolver uma agricultura de alta performance.

A missão da Embrapa é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira. A empresa, fundada em 1973, conta com 9.506 empregados, 2.355 pesquisadores, 2.061 doutores, 47 centros de pesquisa e serviços, com cooperação internacional nas Américas, na Europa, Ásia e África. O seu orçamento anual é de US$ 1 bilhão.

A Embrapa trabalha com a visão das fases do processo de inovação: o conhecimento, a pesquisa, o desenvolvimento, a validação, a transferência e a produção. A inovação é o resultado positivo e sustentável de um processo integrado, endógeno e exógeno, de pesquisa, desenvolvimento e transferência de soluções para com a sociedade. Nenhuma instituição no mundo será capaz de desenvolver tecnologia sozinha. Nós não temos essa pretensão.

Antigamente, as instituições faziam a pesquisa e o desenvolvimento e chegavam ao final com o produto a ser transferido. Hoje, elas desenvolvem tecnologias pesquisadas por terceiros, ou cedem tecnologias para terceiros desenvolverem.

A Lei Federal nº 10.973, de 2.12.2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências, estimula a:

1. Construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação;
2. Participação dos institutos no processo de inovação;
3. Inovação nas empresas.

Cerca de R$ 30 milhões, hoje, são movimentados por parceiros privados na geração de centenas de novas cultivares a cada ano. Diversos pontos de testes foram espalhados no Brasil a partir de parcerias público-privadas na agricultura.

No Brasil, entre 2000 a 2007, foram depositadas 5.381 patentes na área de biotecnologia, das quais apenas 318 pertenciam a residentes, ou seja, 5%. De 1997 a 2009, foram protegidas 1.687 cultivares, das quais cerca de 55% pertencem a residentes, sendo 357 da Embrapa.

Para o setor público reinvestir, é preciso retorno sobre investimento da pesquisa. A Embrapa trabalha no sistema de licenciamento. Hoje, no Brasil, 25% das cultivares protegidas pertencem à Embrapa, que geram *royalties* anuais de US$ 10 milhões (1,14% do seu orçamento). Nos Estados Unidos, a média de arrecadação de instituições é de 0,9% dos seus orçamentos (Stanford recebe 1,3% e MIT, 2,8%).

Mais importante é saber a diferença feita pela taxa de retorno da tecnologia. A produtividade acima da área e da produção. O acesso à tecnologia permite ao produtor obter maior produção por unidade de área.

Receita em *royalties*

	2005	2006	2007	2008	2009
US$ mil	10.429	6.857	5.920	8.675	10.566

Fonte: Embrapa

A visão da Embrapa é fazer com que o agricultor tenha acesso à melhor tecnologia e possa competir no mercado. Para cada R$ 1,00 aplicado na Embrapa, R$ 9,35 retornam para a sociedade, em termos de lucro social. Com a realização de parceria, pode-se levar a tecnologia ao campo e dar mais competitividade global para o agricultor nacional.

* Chefe da Assessoria de Inovação Tecnológica da Embrapa

Vertentes da segurança alimentar

Roberto Grassi Neto*



No início, tinha dúvida sobre o conceito da segurança alimentar, uma expressão que tem múltiplos significados. E essa é uma característica das línguas neolatinas, como é o português. Se formos perquirir no inglês ou no alemão, encontraremos, por exemplo, a diferença entre *food safety* e *food security*. Vamos encontrar no alemão *ernährungssicherheit* ou *lebensmittelsicherheit*, trazendo, exatamente, vertentes diferentes da mesma temática.

No Brasil, falamos em segurança alimentar; em italiano, *sicurezza alimentare*; francês, *sécurité alimentaire*. As línguas neolatinas empregam essa expressão. A preocupação com a temática é antiga. Ela aparece no Porto do Pireu, na Grécia, bem como na manutenção dos depósitos abastecidos do Faraó, no Egito.

Os textos legislativos passam a ideia de ter um estoque regulador suficiente para abastecer o mercado local. Uma questão de soberania alimentar. Um país produz alimento suficiente para não ficar na mão de outro país, com risco de embargo e, eventualmente, de um grave problema com o país exportador.

Essa preocupação que acomete o homem, em termos de estrutura legislativa governamental, é algo recente. Em meados da Segunda Guerra Mundial, reunidas na cidade de Hot Springs, nos Estados Unidos, as nações aliadas elaboraram um primeiro documento oficial, no sentido de não apenas produzir alimentos, mas de ter um mercado consumidor. Não adianta existir o alimento se o povo não tiver acesso a esse alimento.

Com a formação da ONU, surgiu a FAO, que elaborou um programa extenso sobre o combate à fome. Na gestão anterior do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Fome Zero.

Quando participava de um congresso na Alemanha, com muita surpresa assisti na televisão ao programa Fome Zero, com rasgados elogios para o Brasil. Fiquei orgulhoso. O Brasil aparecia como o primeiro país a adotar o combate à fome e à miséria enquanto política governamental efetiva.

No Brasil, a segurança alimentar é constituída em cima de um tripé:

- A Lei 11.346, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar;
- A Lei 9.782, de 1999, que institui o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- A Lei 11.105, de 2005, que é a atual lei de biossegurança.

Temos outros diplomas legislativos relevantes para a matéria, mas, obviamente, esses três grandes diplomas constituem os alicerces da atual regulação da segurança alimentar.

A lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar possui o foco quantitativo, de acesso ao alimento. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) costuma fazer propostas meramente consultivas. No meu entendimento, incidimos em uma grande falha, porque a ideia é construir um sistema seguro, para levar o Brasil ao primeiro mundo.

Temos tido a necessidade de *recall* de produtos de grandes empresas. Não entraremos no mérito. Na Europa, o controle é extremamente rigoroso. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar não ignora aspectos da sanidade do alimento. Por isso, é importante a vigilância se integrar com a segurança alimentar e nutricional, do ponto de vista estrutural. Não basta olhar somente o prazo de validade, o consumidor precisa saber também o modo de conservação do produto.

A fome no mundo é preocupante e deve ser usada a tecnologia possível e imaginável para combatê-la. Isso tem de ser feito de forma mitigada. O princípio da precaução consiste na ideia de estabelecer diretrizes, valores e riscos hipotéticos. A talidomida, um caso a ser lembrado, ajuda hoje no tratamento de doenças como, por exemplo, o Mal de Crohn.

A proposta de uma única agência nacional de segurança alimentar deve englobar o aspecto da sanidade do alimento e da biossegurança. Mas essas questões não podem ser delegadas a um mesmo órgão. Precisamos ter uma visão sistemática. O Conselho Nacional de Biossegurança analisaria as tecnologias transgênicas com a cautela de saber os seus efeitos ao ser humano.

* Juiz de Direito, integrante do Grupo de Estudos Agrários da USP



Segundo painel
Alimento e o Consumidor: Visão Nutricional e Tecnológica

Reconhecer as gororobas

Joana D'Arc Pereira Mura*



As dimensões alimentar e a nutricional são duas coisas casadas. Para haver uma alimentação suficiente, estável, autônoma, equitativa e sustentável, é preciso também a escolha do alimento saudável. Os dados do IBGE mostram uma situação complicada no Brasil: 14 milhões de pessoas passando fome, 72 milhões em situação de insegurança alimentar e dois em cada cinco brasileiros sem garantia de quantidade e qualidade de suficiente de alimento.

Existe um contrassenso alimentar no País, onde se desperdiça 1/4 do PIB nacional. Cada família joga fora 182,5 quilos de alimentos por ano. Quando há fome, devemos nos precaver com planos alimentares conscientes.

Infelizmente, a fome brasileira possui uma identidade nordestina, rural, pobre, negra e de baixa escolaridade. Já a região Sul, a melhor do País, precisa lutar contra tudo isso, porque faltam para a maioria das residências condições adequadas de sanidade.

O IBGE alerta: desperdiçamos seis milhões de toneladas de alimento por ano. Então, como fazer mudança sustentável, para evitar o desperdício, com aquisição de produtos locais, respeito ao meio ambiente e logística de abastecimento? Necessitamos desenvolver propostas de alimentação integral.

Muitas vezes, o nutricionista não explica para a população a importância de um plano alimentar adequado. Repetimos os erros das nossas famílias e não chegamos aonde deveríamos.

O mundo traz inovações com os aditivos, aromáticos e corantes, os alimentos funcionais e transgênicos, as embalagens, dentre outras. Um dos princípios da saúde é a boa alimentação. O alimento probiótico ganha espaço, porque contribui com o bom funcionamento do organismo.

Vivemos a impermeabilidade alimentar diante do ato digestório, a constipação exagerada, a doença excessiva, a falta de sono, o *stress* e assim vai. Entramos no campo da nanotecnologia e avançamos no mundo desconhecido, mas palpável e em ebulição. Nesse mundo estão sensores de contaminação, embalagens antimicrobianas, melhora de estoques de alimento, potencialização dos nutrientes, redução do uso dos pesticidas, rastreamento para acompanharmos os alimentos e outros tipos de inovações ecológicas.

Enfatizo que a feminidade, o papel da mulher na sociedade e necessidade de praticidade e segurança, levou a mudanças de hábitos alimentares muito drásticas.

Usamos e buscamos tudo semipronto ou pronto. Isso é muito sério, porque envolve substâncias químicas. Procuramos mais aromatização e não conhecemos esses alimentos.

Chegamos no ponto de grande desperdício e convivência com a obesidade. Isso é preocupante, porque mantivemos o mesmo perfil e genoma. Ficamos sedentários e trabalhamos com *stress*. Comemos aminas heterocíclicas (substâncias mutagênicas e carcinogênicas) todos os dias. Gostamos de churrasco e nos alimentamos no *self-service*.

Em 30 anos, as crianças e os adolescentes tiveram aumento de peso de 4% a 18%, por conta de uma:

- Predisposição genética familiar;
- Obesidade materna antes da concepção;
- Orientação nutricional errada, tanto doméstica como externa.

As pessoas já não sentam em torno da mesa, é meio círculo, com os olhos voltados para o televisor, sem olhar nas pessoas. Isso é muito sério. As consequências são desordens ortopédicas, distúrbios respiratórios, diabetes, hipertensão etc. Futuramente, teremos doenças coronarianas adquiridas no terceiro trimestre de gestação.

Os gastos com o Sistema Único de Saúde (SUS) são monumentais, enquanto perdemos os parâmetros de saudabilidade (menor gordura, sal e açúcar, por exemplo). Precisamos educar na infância e adolescência, comermos harmonicamente e evitarmos os *diets* e os *lights*. Essa é a nossa missão.

Devemos respeitar as multiculturalidades, trabalhar o agronegócio com políticas equilibradas, conhecidas e discutidas e sair de um fórum com um documento de orientação. Os nutricionistas, os agrônomos e outros profissionais possuem grande responsabilidade nesse processo.

A conformação desse fórum permite as organizações buscarem e mostrarem as inovações alimentares na dimensão correta da história da segurança alimentar e nutricional dentro da dimensão correta. Não adianta nos dar, mas sim reconhecer as gororobas.

* Nutricionista, sanitarista e especializada em Advocacia em Saúde e Alimentação Coletiva

Plataforma de inovação tecnológica

Luis Fernando Ceribelli Madi*



Somos uma sociedade em transformação no Brasil, como aponta o Censo do IBGE de 2010, com crescimento de 70% das casas com uma só pessoa, a idade média passou de 29 para 32 anos, a participação das crianças na população caiu de 35% para 26%, a escolaridade cresceu de 5,5 para 7,0 anos, a população urbana chegou a 84,4% e a média de moradores chegou a 3,3 contra 4,2 em 1991.

Fizemos um trabalho sobre a alimentação no Brasil em termos de 2020. Analisamos os fatores determinantes da demanda dos alimentos, as tendências da alimentação e os objetivos comuns. Como estamos numa sociedade em transformação, é importante, do ponto de vista de uma instituição de pesquisa tecnológica, entender esse processo da alimentação e nutrição.

Alimentação e nutrição: convergência de interesse

Demanda	Tendência	Objetivo
População	Sensoriedade e prazer	Qualidade de vida
Urbanização	Saudabilidade e bem-estar	Prevenção e nutrição
Educação e informação	Conveniência e privacidade	Alimentação e Nutrição adequada
Estrutura etária	Qualidade e confiabilidade	Educação e segurança nutricional
Renda	Sustentabilidade e Ética	Consumo solidário e responsável

Fonte: Ital

Pesquisa feita no Brasil, em nove capitais, com 1.500 consumidores, sobre os aspectos considerados mais importantes:

- Na hora de o consumidor experimentar um novo produto foram: marca de confiança (54%); gosto e sabor (52%); nutritivo e enriquecido com vitamina (28%); qualidade (27%); barato (27%) e menos conservantes (22%);
- Nas ações empresariais geradoras de admiração e respeito: padrão de qualidade (49%); projetos sociais e ambientais (34%); canal direto para dúvidas e sugestões (33%); variedades de produtos (27%) e informação (24%).

Para a indústria de alimentos e bebidas, é bastante importante a aprovação e regulamentação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois mobilizará toda uma logística reversa de busca e conscientização da população brasileira na área de resíduos sólidos.

Por exemplo, a Ambev desenvolveu uma embalagem com PET reciclável e responsabilidade social na produção de guaraná no Amazonas, com avaliação de ciclo de vida e análise do consumo de energia, água e recursos naturais.

Estudo da Wrap (Waste and Resources Action Program), na Inglaterra, mostra que 1/3 do alimento comprado é perdido, ou seja, 980 mil toneladas. Cada tonelada de produto perdido corresponde a 4,5 toneladas de emissões de CO_2. Estamos falando em sustentabilidade.

A FAO e a SIK (Swedish Institute for Food and Biotechnology) mostram resultados de trabalho recente, realizado entre agosto de 2010 e janeiro de 2011: mundialmente, 1/3 dos alimentos é perdido, chegando a 50% para frutas, vegetais e tubérculos. Na Europa, varia 95 a 115 quilos *per capita* ano. Na África, Ásia e América Latina vai de 6 a 11 quilos *per capita* ano.

A Europa criou, em 2005, a European Technology Platform para analisar de uma forma holística o seu sistema de produção e processamento de alimentos, nos aspectos de saúde pública, qualidade de vida, sustentabilidade, competitividade, liderança, crescimento econômico e confiança do consumidor. Isso faz falta no Brasil.

Existe a experiência do Reino Unido, com o Priorities For Food 2030, com a montagem de um sistema competitivo e rentável, de produção sustentável, com baixa emissão de carbono, redução de processamento de resíduos, conhecimento e ciência e tecnologia, para a promoção de alimento saudável. O Canadá também busca as oportunidades de alimentos saudáveis, assim como a Austrália. A China também analisa o mercado com a visão de futuro de 2007 a 2017.

Em maio de 2010, lançamos o Brasil Food Trends 2020, com o objetivo de analisar a competitividade do setor da indústria de alimentos no mundo. Como a indústria de alimentos e bebidas do Brasil deixa a desejar, tentaremos através da plataforma de inovação tecnológica buscar uma maior aproximação do mercado. Apresentamos o Food Trend no Institute For The Future, em Palo Alto, na Califórnia. No primeiro semestre do próximo ano, realizaremos o Food Web 2020 no Brasil, quando serão analisadas as forças provocadoras de rupturas no sistema de alimentos, tais como as oscilações de preços, os impactos ambientais e as mudanças nos hábitos dos alimentos.

Para terminar, usarei de um artigo publicado em janeiro de 2011 que mostra a preocupação da European Technology Platform, quando cita que "a taxa de inovação de produtos alimentícios na Europa precisa aumentar, impulsionada por investimentos mais elevados em pesquisa, desenvolvimento". Por isso, criamos a Plataforma de Inovação Tecnológica no Ital e lançaremos o Brasil Pack Trends 2020 e o Brasil Ingredient Trends 2020.

* Diretor-geral do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital)

Tecnologia, meio ambiente e justiça social

José Graziano da Silva*



Entendo humildemente essa homenagem ao esforço coletivo de dezenas de milhares de pessoas, entidades, movimentos sociais e empresas, talvez o mais nobre desafio da nossa geração: acabar com a fome em nosso tempo. Uma alavanca poderosa na busca desse objetivo é o acesso à renda, ao crédito, à inovação, à produtividade. Isso é essencial para que as 925 milhões de pessoas que vivem com fome possam superar essa condição.

A solução para a crise que vivemos passa pela retomada do crescimento, que tira máquinas ociosas, recupera o emprego e a renda, gera e distribui riqueza, incrementa o consumo e propicia receitas para superar o estrangulamento fiscal de inúmeras nações. A luta pela segurança alimentar pode ser um ponto de convergência precioso.

Em 18 países da América Latina e do Caribe, os programas de transferência incondicionada de renda desenharam economias locais, expandiram fronteiras de consumo, multiplicaram oportunidades de produção e renda no campo. Mais de 113 milhões de pessoas foram beneficiadas, 78 milhões delas no Brasil e no México.



A crise mundial comprovou aquilo que o preconceito não enxergava, ou não podia admitir. No Brasil, desde 2003, com o Fome Zero, a emergência foi acudida porque era justa e inadiável. Mas, simultaneamente, implantou-se aqui um guarda-chuva de políticas emancipadoras, com desdobramentos estruturais no emprego e na renda. Entre elas, a expansão do Pronaf, a retomada da assistência técnica aos pequenos produtores, a compra de alimentos do governo federal e a aquisição obrigatória de 30% da merenda escolar da agricultura local.

Em parte, a minha eleição na FAO reflete a esperança de países pobres e em desenvolvimento em trilhar um caminho de crescimento e inclusão similar ao brasileiro. Um requisito indispensável para isso é retomar os investimentos na agricultura. Desde o início dos anos 80, a fatia do setor da ajuda internacional caiu de 17% para 5% do total das transferências ao desenvolvimento. Voluntária ou involuntariamente, muitos governos nacionais também deixaram de investir na atividade rural.

A inovação tem o espaço cativo nessa reconstrução histórica de preconceitos e de políticas. No pós-guerra, a disseminação de defensivos e adubos químicos definiu novos padrões de cultivo e manejo, responsáveis pelo grande salto de produtividade da agricultura mundial. A Revolução Verde permitiu ganhos de produção notáveis; é justo que se reconheça nesse salto o impulso de uma revolução científica. Hoje, porém, sabemos que o planeta possui recursos naturais finitos, e esse discernimento revolucionou o paradigma do desenvolvimento, comprometendo a agricultura como a nova revolução, desta vez duplamente verde. Trata-se de produzir e preservar as fontes de vida na Terra para que as futuras gerações também possam usufruí-las. Mas não apenas isso, a dimensão social é intrínseca à agenda de sustentabilidade.

Não existirá futuro sustentável no mundo de miséria e fome. Entre outras coisas, isso significa que não podemos deixar para trás milhões de pequenos produtores, descartados pelos requisitos de manejo e de escala inscritos do pacote modernizante do passado. A revolução da produtividade que nosso tempo requer não pode repetir essa história pela metade, ou então atenderá aos mais desconcertantes de todos os paradoxos trazidos no século 20: o predomínio da insegurança alimentar entre os pobres que vivem justamente no campo.

A iniciativa privada pode e deve contribuir na construção dessa dinâmica, que inclui entre os seus requisitos adaptar a inovação, as singularidades do ambiente e da sociedade local. Trata-se de estender aos pequenos produtores o acesso aos ganhos de produtividade sem anular esse salto com o peso da dependência asfixiante, nem da desordem ambiental. Empresas associáveis da Abag e da Andef, por exemplo, participam da International Agri-Food Network, que tem assento no Comitê de Segurança Alimentar da FAO.

Se mantivermos o atual padrão de consumo nos próximos 40 anos, teremos de elevar a oferta mundial de alimentos em 70% para atender ao horizonte demográfico de nove bilhões de habitantes. Cerca de 80% dessa situação terão que ser obtidos pelo aumento da produtividade. Padrões de produção e consumo mais sustentáveis terão de ser incorporados a essa equação. Erram profundamente os que confundem essa agenda histórica com o impasse neomalthusiano.

O nosso desafio, que o Brasil demonstra ser possível de alcançar, é democratizar direitos, acessos e oportunidades, promovendo o casamento duradouro entre a tecnologia, o meio ambiente e a justiça social. Tenho certeza que juntos, organismos internacionais, sociedade civil e iniciativa privada, teremos êxito nessa empreitada. Obrigado.

* Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)



SXC.HU

Mercado em transformação

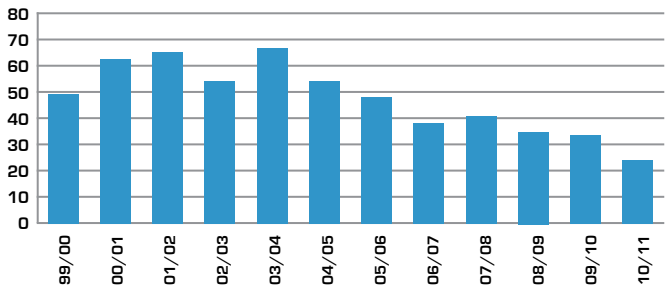
Desde o começo da década passada, o panorama da produção global de café mostra crescimento constante, mas não o suficiente para abrir folga em relação ao consumo. Neste período, em termos de taxa média anual, enquanto a produção cresceu em 1,6%, o consumo anual avançou 2,5%.

De uma forma geral, não se assiste à expansão na área ocupada pela rubiácea. Os resultados econômicos apurados não estimularam os agricultores a investirem na ampliação da lavoura. O aumento ocorrido na produção, ao redor de 25 milhões de sacas, reflete basicamente os ganhos de produtividade, em razão de melhores práticas culturais, adensamento dos cafezais e substituição de pés antigos.

Entre as temporadas 2000/01 e 2011/12 (ano safra de julho a junho), segundo as estatísticas da Organização Internacional do Café (OIC), houve um encolhimento dos estoques em torno de 26 milhões de sacas, com uma dramática queda na relação entre estoque *versus* consumo, de 63% para 23%.

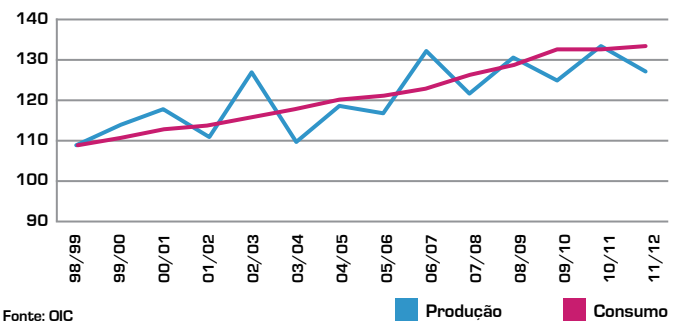
Um fato interessante é a inversão ocorrida com relação aos detentores dos estoques entre 2000/01 e 2008/09. Os importadores ficaram com uma participação maior: passaram de 25% para 60%. Nesse período, os estoques mundiais caíram de 73 milhões de sacas para 43 milhões de sacas. Já nas últimas três safras, esse movimento se intensificou, com os estoques caindo para 31,3 milhões de sacas.

Mundo: Relação entre consumo e estoque de café (%)



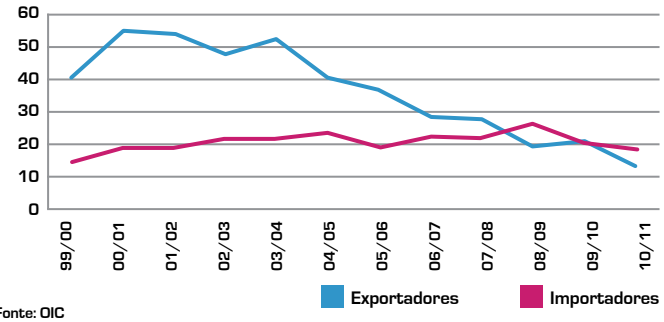
Fonte: OIC

Mundo: Evolução da produção e do consumo de café (milhões de sacas)



Fonte: OIC

Mundo: Evolução dos estoques em países exportadores e importadores (milhões de sacas)



Fonte: OIC

No documento do 7º Acordo Internacional do Café, firmado em fevereiro último, as perspectivas de preços em alta para o mercado de café nos próximos anos ditarão novas tendências de consumo. A produção terá de encontrar resposta, em quantidade e qualidade, para o novo mapeamento geográfico da produção e do consumo do produto.

Os países produtores, com as suas moedas valorizadas em dólar, dependerão da tendência altista das cotações para auferirem receitas acima dos custos de produção. Enquanto a mecanização das lavouras é um fator de competitividade relevante, mas que exige investimentos, nas áreas montanhosas e de relevos ondulosos a inovação terá de imperar.

Arábica *versus* robusta

Nos anos 90 do século passado, as torrefadoras dos países importadores de café passaram a usar uma matéria-prima bem mais barata na constituição das suas ligas: o café robusta. Grande beneficiado dessa estratégia empresarial, o Vietnã, em poucos anos, passou a ser o segundo maior produtor de café do mundo.

Em contrapartida, como houve queda de demanda, o café arábica enfrentou longo período de depressão nos preços. A capacidade de investimento de seus produtores ficou baixa, com erradicação sem reposição do parque cafeeiro.

Recentemente, o mercado tomou outro rumo. A exigência da qualidade segmentou o consumo. Com isso, os preços dos cafés finos descolaram do robusta e dos produtos inferiores. Esse movimento decorreu porque a indústria teve de desenvolver estratégias para enfrentar o poder de barganha das grandes redes varejistas, bastante voltadas para as bebidas superiores.

Passados mais de dez anos da extinção do Acordo Internacional do Café, o mercado mundial de torrefação teve uma intensa concentração. Em 2009, cinco empresas detinham 45% de participação: Nestlé (21,6%), Kraft Foods (13,6%), Sara Lee (5,4%), Tchibo Gmbh (3,1%) e JM Smucker (2,4%), segundo a Euromonitor 2010.

Da parte dos países produtores, movimento similar de concentração também ocorreu. As estatísticas da OIC mostram que quatro países detêm quase dois terços do mercado: Brasil (36%), Vietnã (15%), Indonésia (7%) e Colômbia (7%).

Com a mudança do mercado para a percepção da qualidade, aparece a pergunta sobre o espaço da participação da variedade robusta na produção anual. Como ficará a sua combinação com o arábica em produtos como o expresso e o solúvel? O ponto desse limite ainda é uma incógnita.

Mundo: Consumo de café arábica e robusta (%)

Café	1990	2001	2010
Arábica	74	66	62
Robusta	26	34	38

Fonte: OIC

Ciclo de alta

Na presente temporada 2011/12, a colheita mundial de café sofre redução em comparação com a passada. A principal causa está na bianualidade de baixa da lavoura brasileira: a rubiácea alterna ano entre fraca e forte safra. Além disso, condições adversas de clima foram registradas na América Central e Indonésia, sendo que a Colômbia corre o risco de ter uma quarta safra consecutiva abaixo da média.

Entre as temporadas 2003/04 e 2011/12, o saldo entre produção e consumo de café foi negativo em oito anos. Desde 2006/07 não há uma sobra expressiva. Em 2008/09 ficou praticamente empatado. Assim, os preços do café atravessam com firmeza a crise econômica pós-2008 na zona do euro e nos Estados Unidos. Os fundamentos de mercado são consistentes em termos de oferta, demanda e estoque. Com aperto na disponibilidade do produto, o cenário é de pouca probabilidade de mudança no curto e no médio prazo.Na verdade, o cenário é de céu de brigadeiro para a cafeicultura, enquanto as cotações do café seguem em patamares historicamente elevados.


SXC.HU

A questão-chave é a expansão na demanda global, mesmo com as turbulências econômicas. Esse contexto prevalecerá até 2014, quando entram em produção novos cafezais agora plantados. Até lá, a oferta está inelástica, pois não há capacidade de produção.

Na última década, o avanço no consumo dos países produtores foi responsável por quase 60% da expansão mundial. Na Indonésia, no Vietnã, na Índia, no México, nas Filipinas, na Tailândia, em Uganda e em alguns outros países africanos, a taxa média anual de crescimento foi de 5,9%. O Brasil, maior produtor e exportador mundial de café, também mostra excelente desempenho, com taxa média anual de 4,3% ao ano.

Nos últimos anos, o custo de produção teve pressão com a subida dos preços dos fertilizantes e da mão de obra. Esse aumento, de certa forma, foi repassado para o consumo, diante das mudanças nos hábitos de consumo. Nos mercados emergentes, mesmo sendo considerado um bem de luxo, os segmentos de maior renda consomem mais café. Já nos mercados maduros, apesar da volta pela alimentação dentro de casa e da procura por marcas mais baratas, o café é um produto consolidado.

Em curto prazo, para maximizar a produção, existem duas saídas para os produtores:

1º Incrementar a aplicação de fertilizantes e o melhoramento dos tratos culturais, já que os preços elevados são convidavwtivos para tornar a lavoura mais produtiva;

2º Expansão das áreas com a cafeicultura. No Brasil, é grande a fila de espera para comprar muda, que leva, no mínimo, seis meses para atingir o ponto ideal de plantio. Neste ano, muitos viveiristas foram tomados de surpresa, enquanto os preços das mudas subiam à medida que a procura aquecia. Essa tendência prosseguirá.

Safra 2010/11: virada para valer

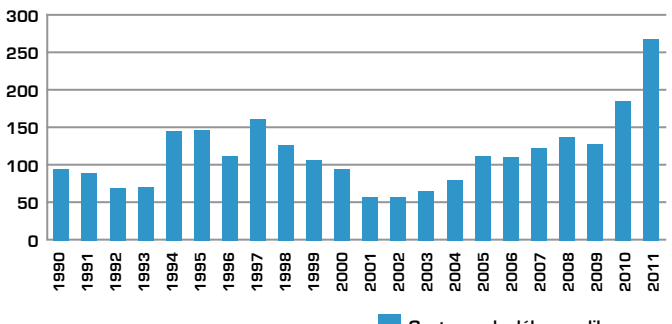
Na entrada das safras novas do café, é normal ocorrer, sazonalmente, queda nas cotações, em razão do "avanço de produto novo e a troca de safra". Esse padrão foi quebrado na safra 2010/11, quando os preços no mercado físico brasileiro tiveram ligeira elevação. O destaque foi o café cereja descascado e despolpado: sua comercialização evoluiu de R$ 320,00 para R$ 360,00 entre o segundo e o terceiro trimestre de 2010.

O pregão da Bolsa de Nova York assistiu na temporada 2010/11 aos maiores patamares de preço dos últimos 13 anos. Em setembro de 2010, alcançou 188,65 centavos de dólar por libra peso. Esse valor foi superado em fevereiro de 2011 com 252 centavos de dólar por libra peso, para chegar em 270 centavos de dólar por libra peso em maio de 2011.

Na verdade, o aumento dos preços registrados reflete o acúmulo de problemas na produção de café durante vários ciclos, principalmente nos últimos oito anos. Antes disso, os estoques acumulados supriram o mercado quando o tamanho da safra era inferior à demanda. Agora, em anos recentes, o consumo passou a crescer consistentemente acima da oferta.

É importante pegar o fio da meada. Ao longo do tempo, a falta de preços remuneradores, a escassez de mão de obra e a pressão nos custos de produção levaram os produtores a abandonar as lavouras e a reduzir o uso de insumos. Somaram-se a isso as mudanças climáticas, com aumento na altitude mínima de plantio, a competição de outras explorações, como a fruticultura, a cana-de-açúcar e o eucalipto, e o crédito inoportuno e insuficiente.

Evolução do preço do café no mercado internacional



Fonte: Bolsa de Nova York

As condições climáticas desfavoráveis nos principais países produtores, como Vietnã, Indonésia, Colômbia, Costa Rica e Índia, significaram a gota derradeira para as cotações transbordarem em patamares historicamente elevados, principalmente nos arábicas de boa qualidade e nos finos. Os outros tipos, que representam a maior parte da colheita nacional, são vendidos em faixas menores.

No balanço de 2010, quando se considera o movimento da Bolsa de Nova York, como balizadora dos preços mundiais de café, a elevação chegou a 70%. Foram os níveis mais altos nos últimos treze anos. Com essa disparada nos preços, os produtores puderam fechar bons negócios, afastando o risco de baixa, em face do avanço da oferta brasileira ou pela correção técnica.

Essa evolução significativa, principalmente nos preços dos arábicas de qualidade, influenciou diretamente o mercado físico brasileiro de café ao longo de 2010. A expectativa do cafeicultor, de conseguir um preço base de R$ 300,00 pela saca de 60 quilos para os melhores cafés, foi superada de longe. Os compradores fecharam o ano com pagamentos superiores a R$ 400,00.

A notícia de que o café arábica brasileiro (lavado ou semilavado) poderia ser negociado na Bolsa de Nova York fechou 2010 com chave de ouro. A Bolsa de Nova York é o principal mercado de formação de preços dos cafés lavados. Dezenove países produtores são certificados para emissão de contratos para essa variedade: Burundi, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Índia, México, Nicarágua, Nova Guiné, Panamá, Peru, Quênia, República Dominicana, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Venezuela. No Brasil, o café arábica natural, principal variedade produzida no país, é negociado na BM&F/Bovespa, e o café robusta, no London Terminal Market.

Visão fortalecida

Em meio às variações nas cotações do café, na virada de 2010 para este ano, ficou evidente uma curva ascendente, com a tendência de prevalecer no transcorrer de 2011, em razão do movimento do dólar, dos fatores de oferta e demanda e da ação do governo nacional.

Os agentes de mercado estavam com a convicção fortalecida de um cenário firme, com pequenas alterações de percurso. Os compradores encontram dificuldades para adquirir os produtos, principalmente os de qualidade superior. As análises refletiam a entrada de um ciclo de oferta deficitária, com preços de venda favoráveis.

Nessa perspectiva, o preço internacional do café arábica atingiu, na Bolsa de Mercadorias de Nova York, em fevereiro, os níveis mais elevados em 34 anos e meio.

Além desses aspectos mencionados, também ajudou na alta dos preços o maior consumo no período de inverno no Hemisfério Norte e por países produtores, como a Colômbia e da América Central, que, em razão de problemas climáticos, não puderam garantir uma oferta adicional.

A temporada 2011/12

Na presente temporada, 2011/12, a produção mundial de café sofre redução em comparação com a passada. A OMC reviu para baixo a sua estimativa no mês passado. Isso reforçará novas ondas especulativas nas bolsas.

Três variáveis reforçavam a tendência de aquecimento nas cotações internas e externas nesta safra:

1º O tamanho menor da colheita, de acordo com o ciclo bienal produtivo da planta;

2º A escassez dos cafés arábica lavados de alta qualidade, como os produzidos na Colômbia e na América Central, que enfrentam, respectivamente, problemas de excesso de chuvas e de tempestades tropicais, consiste em fato real;

3º O aumento no consumo interno.

Os sólidos fundamentos do mercado sustentaram os preços do café desde a entrada da safra, no segundo trimestre, sustentados pelas incertezas climáticas e pela vulnerabilidade na oferta. Em todo momento, o foco das atenções dos operadores esteve dirigido para o clima e o comportamento da economia mundial.

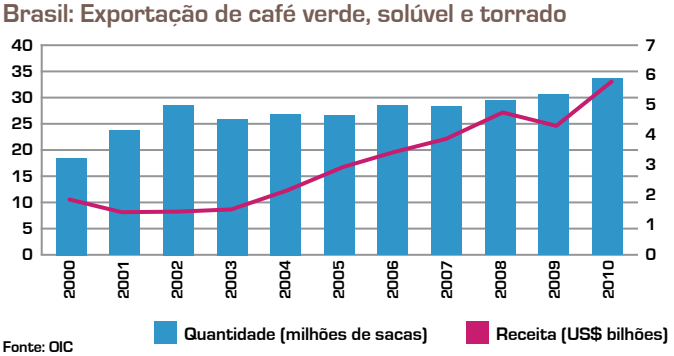
Com os armazéns vazios, o Brasil deverá bater recorde histórico de exportação de café na atual temporada (1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011). Os números dos embarques de janeiro a outubro ratificam essa previsão. Sem assistir a um crescimento dos estoques nos países consumidores, a expectativa é de aquecimento na ponta compradora.

Brasil: Exportação de café (janeiro a outubro)

Ano	Quantidade (sacas de 60 kg)		Receita (US$ mil)
	Verde	Solúvel	
2010	26.427.353	2.694.320	4.347.450
2011	24.735.665	2.621.355	7.017.581

Fonte: Cecafé (café verde) e Abics

Brasil: Exportação de café verde, solúvel e torrado



Fonte: OIC

Demanda crescente

De certa forma, o café atravessa com firmeza a turbulência dos mercados e a crise econômica na zona do euro e nos Estados Unidos. Os fundamentos de seu mercado mostram muita consistência quando se analisam os números de oferta, demanda e estoque. O cenário é de aperto na disponibilidade do produto, sem probabilidade de mudança significativa no curto e no médio prazo.

Assim, o estoque de passagem do café para o ano safra 2012/13 permanecerá em nível historicamente baixo. No caso de problemas com a produção, o impacto sobre o abastecimento será forte. O "colchão" está pequeno. Isso explica o nervosismo e a alta nas cotações do grão no mercado internacional.

Com o mercado interno a exigir mais qualidade e quantidade, a procura por cafés naturais bons e lavados fica mais aquecida. É o caso do segmento de máquinas caseiras, de cafés expressos, justamente os mais preferidos pelos importadores, mas que também ganha a preferência do consumidor nacional.

O café é uma das bebidas preferidas da população brasileira, com consumo *per capita* próximo ao da Alemanha (5,86 kg/habitante/ano) e acima dos índices da Itália e da França. Os países nórdicos (Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca) lideram o consumo *per capita*, com 13 kg/por habitante/ano.

O incremento no índice de consumo para 2011 varia de 5% a 6% sobre o ano passado, segundo previsões da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). O nacional passará de 20 milhões de sacas em 2011. Isso aproximará o Brasil dos Estados Unidos, o principal consumidor mundial, com 21,4 milhões de sacas, em 2009, segundo a OIC.

Com o consumidor cada vez mais exigente, a qualidade passa a ser uma das principais preocupações do segmento industrial nacional, uma vez que as certificações e os selos ajudam a reduzir as fraudes da indústria. A implantação, em fevereiro de 2011, da Instrução Normativa 16, com a determinação de um padrão mínimo de qualidade do café torrado e moído, foi um passo para frente.

O mercado global

Para acompanhar a evolução da demanda, a produção terá de estar próxima de 164 milhões de sacas em 2020. Isso significa um incremento de 32 milhões de sacas em relação à safra 2010/11, correspondentes a uma e meia safra do Vietnã, o segundo maior produtor mundial, ou a três vezes a colheita da Colômbia.

Em um cálculo bastante conservador, apenas para manter o precário equilíbrio atual entre consumo e produção global, a produção mundial nos próximos dez anos terá de crescer em mais de 20 milhões de sacas, ou um Vietnã, o segundo maior produtor de café do mundo. Aumentar a produção mundial em 20 milhões de sacas em apenas dez anos é uma meta ambiciosa e difícil de ser atingida. As mudanças climáticas e a competição por áreas e mão de obra com outras *commodities* agrícolas tornam a missão ainda mais difícil.

As grandes redes de varejo, com grande poder de barganha, estão presentes nos mercados tradicionais, emergentes e produtores. A marca própria é uma forma eficiente de diferenciação. A pressão para diminuir preço é constante, com a combinação de mais robusta e menos arábica.

Nas projeções de demanda, o comportamento verificado de 2000 a 2008 mostra resultados promissores. A grande novidade está por conta dos países emergentes, cuja taxa de crescimento foi de 4,5% ao ano. Nos países importadores desenvolvidos, o café faz parte da cesta básica da população, e o seu consumo está consolidado, com aumento de apenas 0,9% ao ano.

Conceito e imagem

O café está arraigado no hábito alimentar dos consumidores, além de ter características associadas ao prazer e à sociabilidade, com atributos positivos de estimular, animar e aguçar a concentração das pessoas. De percepção espontânea, o conceito de qualidade está associado à pureza, ao aroma e ao sabor do produto.

Os cafés

Especiais: possuem maior preço nos mercados de varejo tradicional. Passam a imagem de qualidade e apelo para o consumo em xícara. Identifica a origem da produção e estreita a relação entre o ponto de venda e o consumidor.

Certificados: transmitem a defesa de uma causa e são rastreáveis. A agregação de valor depende do apelo passado ao consumidor. Parte do prêmio adicional é transferida para o produtor. Possuem a propriedade de fidelizar o cliente.

A segmentação do mercado de café

Expresso: representa a forma de preparo com maior expansão global. Como significa maior qualidade, o consumidor aceita um preço mais elevado. É oferecido em locais agradáveis (Fran´s, Starbucks etc.) e consumido por doses, em xícara e copo alto. De elaboração prática, a bebida também aprece em misturas com leite e *hot/iced*, para atrair a população mais jovem.

Máquinas: permitem o consumo da dose em recintos fechados (escritórios, restaurantes, hotéis etc.). O atendimento é mais customizado, ao gosto do consumidor. Oferecem conveniência e qualidade. As máquinas podem ser multiuso (chocolate, sopa, chás, carioca, cappuccino etc.). O acesso às máquinas fica mais acessível em termos de preço.

Solúvel: possui bastante praticidade e oferece baixo custo. Surgem novas e sofisticadas formas de apresentação, com certificações especiais e selos *fair trade*. É uma excelente estratégia para entrar em mercados novos e emergentes.

Bebidas prontas: em fase incipiente e de lançamento, mas com boas perspectivas de crescimento. Oferecem alta agregação de valor.

Apesar de estar com consumo crescente e ter baixa rejeição no Brasil e no mundo, o café enfrenta a concorrência de outras bebidas, como água (pura e com aditivos em diferentes sabores), bebidas isotônicas, energéticos, refrigerantes (grande variedade – *diet*, *light* e zero –, atende a toda camada de público e com preço muito competitivo), chás e sucos em garrafa e lata, dentre outros.

O mercado tradicional atingiu maturidade e consolidação, com crescimento de apenas 0,9% ao ano. A sua tendência é de perder participação, mas continua a ser o mais importante em termos de consumo. Os Estados Unidos são os maiores consumidores mundiais, e a Alemanha é a maior consumidora na Europa.

O mercado dos emergentes representa uma grande oportunidade. Possui uma grande população em rápido crescimento. O chá é a bebida tradicional, enquanto o café é considerado produto de luxo. O café solúvel representa a abertura da porta de entrada, impulsionada pela influência do estilo de vida ocidental e expansão da rede de cafeterias.

No mercado dos produtores, os governos procuram organizar o setor, com programas para aumentar o consumo. De uma maneira geral, as redes de cafeterias estão em expansão.

Mundo: Consumo de café por grupo de países, em 2010 (milhões de sacas)

Tradicional		Emergentes		Produtores	
País	**Sacas**	**País**	**Sacas**	**País**	**Sacas**
Europa	39,8	Rússia	3,7	Brasil	18,0
EUA	21,6	Algéria	2,1	Indonésia	3,3
Japão	7,1	Ucrânia	1,7	México	2,2
		Sérvia	0,7	Etiópia	1,8
		China	0,5	Índia	1,5
		Coreia do Sul	1,6	América Central	1,4
		Outros	15,2	Colômbia	1,2
				Vietnã	1,0
				Outros	5,4
Total	**68,5**	**Total**	**25,2**	**Total**	**36,7**

Fonte: OMC

Participação na demanda mundial (%)

Países	2000	2008	2020
Tradicionais	60	54	47
Produtores	24	28	35
Emergentes	16	18	18

Fonte: OIC



SXC.HU

Café e cérebro

Darcy Lima*

O aroma do café desperta e dá bom humor. O *coffee-break* é uma das melhores partes de reuniões, congressos e palestras. O olfato é o mais importante dos sentidos para a escolha de comida, bebida, perfume, lençol e edredom. Tudo mais cheiroso é mais gostoso. O olfato desperta o desejo e regula a fisiologia da paixão. O recém-nascido reconhece a mãe pelo cheiro de seu leite.

Guardamos na memória o cheiro ruim de algo estragado acima que da imagem, como, por exemplo, um ovo podre. O cheiro do café causa efeitos misteriosos no cérebro, como o cheirinho do amor. Os alimentos funcionais possuem substâncias benéficas para o corpo humano: os antioxidantes de frutas e legumes previnem contra o câncer.

Mas o aroma pode trazer prazer e saúde? Qual comida e bebida faz viver mais? Devemos nos guiar pelo cheirinho gostoso, como fazemos com o prazer e o amor?

Cerca de 90% da dieta humana são oriundos do reino vegetal. As plantas mais consumidas no mundo são o café (*Coffea arabica*), bebidas tipo cola (*Cola acuminate*) e o chá (*Thea sinensis*). O café é um dos únicos alimentos sem a descrição de sua composição na embalagem. O café preto também é uma "caixa preta".

A bebida café possui, em seu teor final, compostos estáveis como sais minerais, niacina, cafeína e os polifenóis antioxidantes (ácidos clorogênicos). No processo de torra, eles dão origem aos quinídeos, não especificados nas embalagens. O café possui um número de compostos voláteis (já foram identificados quase mil) superior ao encontrado em qualquer outro alimento ou bebida. Isso lhe confere aroma e sabor, com um teor calórico mínimo, pois os açúcares, lipídeos e aminoácidos não estão presentes na bebida. Desta forma, um bom conhecedor de café pode obter da bebida o máximo de prazer aliado à saúde.

A ciência dos alimentos possui conhecimentos avançados, mas parciais, sobre a complexidade química do café, que, por sinal, é bastante superior à da uva e dos vinhos.

Dentre as iniciativas para entender melhor a complexa mistura química da bebida do café, existe a Unidade Café e Coração, estabelecida no Instituto do Coração em São Paulo. A parceria com o Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (ID'Or) desencadeou no desenvolvimento de estudos dos efeitos cognitivos relativos ao aroma e paladar do café, com dados pioneiros sobre a experiência olfativa e gustativa do café utilizando uma das mais modernas técnicas de neuroimagem, a Ressonância Magnética Funcional (RMf). Os voláteis de cafés *gourmet* de excelente qualidade estimulam regiões vitais para o prazer no sistema límbico, como amígdala, área tegmental ventral e núcleo accumbens, da mesma forma como o amor e o bem-estar de uma amizade o fazem.

Esta relação inversa entre doenças e consumo de café cria um grande entusiasmo nos seus impactos positivos nas matérias que envolvem saúde pública. Especialmente em razão de seu baixo custo, largo acesso e aceite universal.

O prazer do aroma e do gosto de café guarda mistérios. A ciência ousa desvendá-los para um melhor conhecimento da própria natureza humana, da planta café e da sua complexa, saudável e prazerosa interação.

* Junto com a Equipe Café e Cérebro do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino: Fernando Paiva, Marcelo Cossenza, Roseane Santos, Fernanda Tovar-Moll, Ivanei Bramati, Ricardo de Oliveira-Souza e Jorge Moll

Pesquisas com café

- Refrigerantes do tipo Cola (uma garrafa de dois litros possui teor de cafeína equivalente a três xícaras grandes de café) parecem estar associados à epidemia de obesidade nos EUA;
- O consumo regular de três a quatro xícaras diárias café pode exercer um efeito profilático sobre doenças do sistema nervoso central como a depressão, o suicídio e o alcoolismo;
- Associação inversa entre o consumo crônico de café e a incidência de Mal de Parkinson. O consumo de café previne os déficits motores bem como a neurodegeneração;
- Consumo de café está inversamente associado ao declínio cognitivo relacionado ao envelhecimento, bem como a incidência de doença de Alzheimer; baseado em uma evidência de reduzir a formação da placa β-amilóide;
- A cafeína antagoniza os receptores de adenosina, especialmente o receptor A2A, fortemente associado à neuroproteção. Esta característica aumenta o potencial terapêutico-preventivo em diferentes patologias do sistema nervoso central, com destaque como agente modificador de humor (o que o qualifica como candidato ao uso suplementar em terapias antidepressivas), e com reais impactos no desempenho cognitivo e mnemônico;
- Subprodutos do grão de café podem ser de úteis para a prevenção e o tratamento de doenças como cirrose e diabetes.

Embrapa Café

O Conselho Nacional do Café (CNC), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pretende delinear um Plano de Desenvolvimento e Utilização de Indicações Geográficas para a Cadeia Produtiva do Café.

Trata-se de um projeto estruturante, com foco na valorização das diferentes regiões produtoras de café, por meio de sinais distintivos, como marcas coletivas, indicações geográficas, certificações e selos.

O projeto também pretende diagnosticar e identificar as regiões produtoras com:

- Potencial para utilização dos sinais distintivos;
- Estabelecimento e aplicação das estratégias de sensibilização aos produtores;
- Construção de processos para obtenção de sinais distintivos;
- Ações de apoio para a sustentabilidade;
- Mensuração dos resultados (controle).

Com abrangência ampla no território nacional, presente em vários biomas, a cafeicultura brasileira possui tradição e valor histórico por sua importância econômica e cultural. A tendência da segmentação do mercado em termos de especiais demanda investimento e estratégias na agregação de valor.

O momento atual é muito propício para a cadeia produtiva nacional acelerar o desenvolvimento das estratégias comerciais e mercadológicas, com o objetivo de introduzir características de especialidades para o produto, mediante vendas em embalagens diferenciadas, com diferenciação de marca, origem ou qualidades decorrentes de uma procedência determinada ou de produtor distinto.

O instituto jurídico da denominação de origem ajuda a proteger o produto brasileiro, com a identificação dos cafés especiais, em termos de plantação, cultivo e processamento, de forma a obter melhores condições de preço e colocação nos mercados consumidores mundiais.

No Brasil, a primeira iniciativa do gênero ocorreu em maio de 1993, com a criação do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (Caccer), sediado na cidade de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais. O trabalho reuniu oito associações de produtores da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No início, compreendia cerca de 3.500 produtores e 160 mil hectares de área plantada. Em 14 de maio de 2005, o Caccer recebeu do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) a concessão de Indicadores de Procedência (IP).

No fim do ano passado, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado entrou com pedido de Denominação de Origem no Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial (Inpi). Com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a ação agrega a credibilidade aos cafés produzidos por cerca de quatro mil produtores de 55 municípios das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, de parte do Alto São Francisco e Noroeste, nos limites entre Minas Gerais e Goiás.

Juntos com os técnicos do Mapa, participaram o gerente-geral Paulo César Afonso Junior e os pesquisadores Aymbiré Fonseca e Helena Alves, da Embrapa Café; o pesquisador Sérgio Parreiras, do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e Maria Carolina Bazilli, representante da CNA.

Dez benefícios com a obtenção de sinais distintivos

- Proteção dos consumidores e produtores;
- Melhoria da organização dos produtores;
- Promoção das especificidades regionais;
- Evolução qualitativa dos produtos;
- Ampliação e manutenção de renda, emprego, preços, mercados;
- Promoção da imagem e resgate turístico e cultural da região;
- Desenvolvimento do turismo local;
- Preservação e valorização do patrimônio cultural;
- Valorização da gastronomia tradicional;
- Amadurecimento e organização da cadeia produtiva do café.

Glossário

Sinais distintivos: nomes ou elementos gráficos (logotipos) que distinguem produtos ou serviços por sua origem, qualidade, fabricante ou outra característica própria.

Indicação de procedência: nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Denominação de origem: nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço, cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Marcas coletivas: identificam produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.

Marcas de certificação: representam conformidade de produtos a determinadas normas e padrões específicos. Não distinguem produtos, e, sim, atestam quanto ao atendimento de regras.

Defensivos agrícolas

Tecnologia fitossanitária em hortaliças

José Otávio Menten*

EXISTE UM conjunto significativo de espécies de plantas frutíferas e hortícolas com número insuficiente de defensivos agrícolas registrados. Esta é a principal causa das inconformidades apontadas nos programas que monitoram os resíduos de defensivos em alimentos cultivados.

Apesar de ser comum a detecção de defensivos simplesmente não autorizados para uso nas culturas, na grande maioria dos casos, as amostras não apresentam resultados acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR), indicador com base científica para a avaliação toxicológica de um produto.

Especialistas e empresas da área fitossanitária despendem enormes recursos e tempo em pesquisa e desenvolvimento de novas moléculas, cada vez mais amigáveis ao meio ambiente, com melhores características agronômicas e toxicológicas.

Como uma das principais estratégias para evitar ou reduzir o surgimento de linhagens de pragas resistentes a defensivos, o produtor rural recorre à aplicação alternada ou simultânea de produtos, com diferentes mecanismos da ação.

Não obstante, é fundamental a ampliação do número de produtos registrados para as chamadas *minor crops* (culturas pequenas), também conhecidas como culturas de suportes fitossanitários insuficientes. Há anos, as associações de produtores, entidades de pesquisa, indústrias e os órgãos de governos, dentre outros, procuram equacionar esse problema.

No início de 2010, foi publicada Instrução Normativa, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com o intuito de regulamentar e estimular o desenvolvimento de produtos fitossanitários para as *minor crops*. No entanto, a morosidade do registro permanece como um enorme gargalo. A norma estabelece o agrupamento de culturas por critérios de similaridade alimentar e fitotécnica e elege culturas representativas para esses grupos. O objetivo é estender os valores de LMR de culturas que já tenham produto registrado para as *minor crops*.

É fundamental que, no conjunto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Mapa tenham como foco o atendimento mais rápido das solicitações de registro, sem perder o rigor necessário para garantir a qualidade dos produtos utilizados. ■

* Professor associado da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-USP)

As boas práticas agrícolas

Pesquisadores e especialistas reconhecem a evolução tecnológica e a importância dos produtos sanitários para garantir a segurança dos alimentos produzidos. Essa evolução, junto com a adoção de boas práticas agrícolas, acompanhamento integral e contínuo, assistência técnica e acesso a financiamentos possibilitam aos produtores alcançarem mercados dinâmicos e passarem para uma economia empresarial.

Há a necessidade de treinamento constante, com a aquisição do produto com receituário agronômico, o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), o preparo adequado da calda e o correto descarte das embalagens.

Em complementaridade à assistência técnica promovida pelas empresas fabricantes e pelos canais de distribuição de defensivos, é fundamental a extensão rural desenvolvida pelo poder público, a quem compete o uso correto e seguro dos produtos, de acordo com a legislação. Com isto, problemas como intoxicação de aplicadores, resíduos em alimentos e problemas ambientais devem reduzir drasticamente.

A grande maioria dos agricultores utiliza defensivos como principal método de controle de pragas e doenças. Ao mesmo tempo, a pesquisa e as próprias indústrias orientam que o controle de pragas deve seguir o Manejo Integrado. O objetivo é manejar a cultura para que as plantas possam expressar sua resistência natural às pragas e aos patógenos, sem comprometer os organismos benéficos.

Sempre que disponíveis, devem ser usadas cultivares resistentes e medidas culturais, como aprimoramento da fertilização, irrigação adequada, preparo do solo e outras técnicas preventivas. Tais medidas devem evoluir e serem utilizadas simultaneamente ou em sequência com os defensivos.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostra como os sete bilhões de habitantes do planeta necessitam urgentemente de alimentos, fibras e energias renováveis. As demandas dos agricultores para controle de pragas e a melhoria da produtividade indicam que o agronegócio tem na tecnologia de produtos químicos tradicionais uma ferramenta aliada na busca da sustentabilidade da agricultura.

Diário de bordo

Sete bilhões! E daí?



Roberto Rodrigues*

HÁ POUCAS semanas, a Organização das Nações Unidas anunciou que o número de habitantes da Terra chegara a sete bilhões.

E, imediatamente, alguns discípulos de Malthus começaram a anunciar o iminente fim da paz e da democracia, com o crescimento do número de famintos e desesperados. Por sorte, a academia ligada à agropecuária no mundo todo já se deu conta de que este problema – o de alimentar os atuais sete bilhões e os outros dois bilhões que chegarão até 2050 – não é insolúvel. E centenas de autores se lançaram à agradável tarefa de equacioná-lo.

Por outro lado, também é preciso estar atento a dois temas recorrentes. O primeiro é que a fome não é resultado da escassez de alimentos: ela se deve à falta de condições aquisitivas de milhões de cidadãos, hoje estimados em um bilhão. Com efeito, cerca de dois bilhões de terráqueos vivem hoje com menos de dois dólares por dia!

O segundo é o tema ambiental. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a produção de alimentos terá de dobrar até 2050. E é claro que boa parte desta produção adicional terá de vir de novas áreas de cultivo, hoje eventualmente cobertas de savanas, cerrados, campinas etc. É um desafio, embora se acredite que grande parte do aumento da produção será resultado de maiores produtividades agrícolas, com a incorporação de tecnologias conhecidas ou novas, e que custaram dinheiro.

Esta questão ambiental veio para ficar e precisa ser encarada com muita seriedade por países do mundo todo; incorpora um subitem, importantíssimo, que é o adequado uso da água, um bem que só se valoriza quando escasseia.

Portanto, a solução para o problema da fome passa por duas ações governamentais claras:

- renda para o produtor comprar tecnologia;
- renda para o consumidor comprar alimento.

No primeiro caso, há uma obviedade: sem renda, os produtores rurais deixam a atividade. E esta renda tem de ser obtida com tecnologias que garantam a preservação dos recursos naturais. Parece fácil difundir conhecimento, mas não é. E há um espaço enorme. Basta olhar para o Brasil, cujo progresso técnico no campo foi espetacular nos últimos anos, com um grande aumento de produtividade que nos coloca em igualdade de condições com os melhores produtores do mundo em soja, algodão, cana, café e outros produtos. No entanto, nossa produtividade média de milho é de 4.000 kg/ha, enquanto nos Estados Unidos é de 9.600 kg/ha. Só neste produto, temos muito a ganhar. E a tecnologia já existe, sendo necessário encontrar o caminho adequado para sua utilização universal. Nossa produtividade é maior que a da África e a da América Latina, e todos podem crescer, bem como em outros produtos como arroz, trigo e feijão. Ainda no tema renda, a questão da liberação do comércio, com redução de subsídios dos ricos, é fundamental. Os subsídios devem cumprir a função de garantir a sobrevivência dos produtores dos países ricos, mas não podem distorcer os preços do mercado global. Basta ficarem confinados na "caixa verde".

Quanto a uma política de renda urbana, o Brasil tem um bom exemplo, representado pelo Bolsa Família. Em vez de dar subsídios que distorcem o mercado aos produtores, o governo brasileiro subsidiou o consumo de 12 milhões de famílias de baixa renda. Como resultado, a demanda por alimentos cresceu, exigindo maior produção, um mercado firme. Isso gera mais empregos, a massa salarial cresce, e o Bolsa Família pode ir sendo desativado com o tempo. E a classe média já terá crescido.

Tudo isso pode ser copiado por outros países em desenvolvimento, um circulo virtuoso no qual ninguém perde.

E, em janeiro próximo, um brasileiro, José Graziano da Silva, será o novo diretor-geral da FAO. Teremos então a chance de levar nossos programas agrícolas e de abastecimento para todo o mundo tropical.

Com isso, podem vir mais milhões de terráqueos. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

A força da agropecuária



Cesário Ramalho da Silva*

ESTE ANO observamos uma mobilização e uma integração impressionante das instituições que representam a agricultura brasileira. Na área sindical, mobilizaram-se os sindicatos rurais, em nível dos municípios, as federações sindicais, em nível dos Estados, e a CNA, em nível nacional. As cooperativas também se uniram, assim como suas organizações, em nível estadual, como é o caso da Ocesp, e na esfera federal, a OCB. Na área do associativismo, a Sociedade Rural Brasileira atuou em nível nacional, e muitas outras trabalharam muito bem em suas regiões e seus municípios. Não podemos esquecer as organizações focadas em determinados produtos, como a Aprosoja, a Unica, a ABCZ, a Abralg, a Florestar e tantas outras. No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agropecuária trabalhou incansavelmente e de forma harmônica.

Só me recordo de outro momento, de união semelhante, que ocorreu 23 anos atrás, na elaboração da Constituição de 1988. Hoje, a razão que uniu a agricultura brasileira foi a reforma do Código Florestal, que vem deixando a grande maioria dos produtores rurais na ilegalidade. Em 1988, o que nos uniu foi o combate em favor da livre iniciativa, quando conseguimos tornar a propriedade rural produtiva insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. No ano seguinte, em 1989, caiu o Muro de Berlim.

Mas as mentalidades demoram a mudar. Dados do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), revelam que, no período de 1979 a 1987, mais de 7,2 milhões de hectares foram desapropriados para a implementação de assentamentos rurais. Depois da Constituinte, foram 57,3 milhões (até 2006) ao custo de imenso investimento por parte da União. Somadas as áreas, teremos quase 1/3 de tudo o que é designado para a agropecuária brasileira.

Hoje, ninguém mais acredita em reforma agrária.

A lição que tiramos dos dois episódios é que a agricultura brasileira tem uma força política imensa quando se une. Nada mais difícil no mundo atual que lidar com os assuntos ambientais. Agora, o meio ambiente não é uma questão técnica ou científica. É uma questão de paixão e fé. Muitos dos ambientalistas de hoje lembram os antigos missionários das religiões que saiam pelo mundo pregando a sua fé. Por esta razão, ao buscar a racionalidade, o agronegócio foi acusado de criminoso e inimigo do meio ambiente. Ainda assim, a força do bom argumento convenceu os parlamentares e boa parte da opinião pública. Permitiu a aprovação do relatório do deputado Aldo Rebelo, com 80% dos votos, na Câmara dos Deputados.

Da parte da Rural, temos buscado sempre a melhor aproximação com todas as lideranças, dentre as quais o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, Marcio Freitas, da OCB, e a senadora Kátia Abreu, da CNA. É no sentido de fortalecer a união do setor que tenho tido frequentes conversas com os representantes dos produtores rurais e da agroindústria.

Para o futuro, temos muito trabalho. As pautas importantes para o nosso crescimento são muitas. Sem segurança jurídica sobre a propriedade da terra não há investimento, e sem investimento não há desenvolvimento. Por essa razão, precisamos resolver assuntos como regularização fundiária, terras devolutas, de indígenas, quilombolas e estrangeiros, criação de unidades de conservação ambiental etc. Legislação trabalhista – incompatível com a realidade do campo –, políticas para fertilizantes e defensivos, carga tributária e burocracia sufocantes, aperfeiçoamento das políticas de comércio exterior etc. Assim como no caso do Código Florestal, temos ótimos argumentos, podemos desenvolver bons exemplos para convencer a opinião pública e os parlamentares da necessidade de mudanças.

Como estes assuntos não afetam a todos igualmente, não é fácil alcançar união em busca das soluções. O que está em jogo é a competitividade do Brasil. A crise da Grécia, por exemplo, mostra que quando um país perde sua competitividade todos sofrem. Vamos caminhar unidos para remover os entraves ao desenvolvimento nacional. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Modernizar a agropecuária



Mônika Bergamaschi*

NAS ÚLTIMAS quatro décadas, a população mundial dobrou. A estimativa é que em dez anos a demanda global por alimentos crescerá 20%, e o Brasil deverá atender a 40% desse universo. A competência da ciência e dos protagonistas que atuam nos elos do agronegócio é uma realidade, visto que, nos últimos 35 anos, o País aumentou em torno de três vezes as produções de arroz, milho, feijão e trigo. Um de nossos desafios é a transferência de tecnologia. Informar aos interessados sobre soluções já existentes e outras tantas que estão a caminho.

A sociedade também precisa saber como o setor participa do seu dia a dia. Quanto maior a integração das duas realidades – campo e cidade –, maiores serão as demandas e os desafios apresentados à ciência. Uma parceria essencial para gerar resultados que melhorem a qualidade de vida.

O que alimenta e abastece o nosso cotidiano vem dos campos desse imenso Brasil. E grande parte desses produtos nasce do diversificado agronegócio de São Paulo. O Estado reúne uma forte e desenvolvida cadeia produtiva que, além de responder pela sobrevivência humana, fortalece a economia e a dignidade, por meio da geração de emprego e renda.

Esse universo vem se destacando graças às tecnologias criadas e desenvolvidas por instituições de pesquisa, públicas e privadas, e por universidades. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), coordena seis institutos paulistas de ciência agropecuária. Juntos, somam 474 anos de pesquisa: Agronômico (IAC), 125 anos, Zootecnia (IZ), 106, Biológico (IB), 84, Economia Agrícola (IEA), 69, Tecnologia de Alimentos (Ital), 48, e Instituto de Pesca (IP), com 42 anos.

Essa atuação ininterrupta responde, em grande parte, pelo desempenho do agronegócio nacional. São Paulo tem o mérito de reunir nessas unidades a experiência e a modernidade que o coloca em igualdade com as grandes referências agropecuárias mundiais.

Nos últimos cinco anos, São Paulo aplicou R$ 51 milhões em obras e equipamentos para obter acreditação conforme as normas ISO. Essa conquista promoveu e fez aumentar ainda mais a credibilidade dos laboratórios em áreas de pesticidas, solos, fertilizantes e citros. A pesquisa paulista já dispõe de atendimentos únicos no Brasil e torna-se braço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na fiscalização de produtos e serviços. Várias outras unidades estão em processo para obter a mesma acreditação.

Estão sendo desenvolvidos sistemas inéditos nas áreas em que o Brasil é líder, como citros, cana, café, soja e pecuária. Destaque para os programas de melhoramento genético e os Centros de Diagnóstico Fitossanitário. A Apta possui também a mais antiga e completa rede de informações sobre agrometeorologia, as mais modernas tecnologias de aplicação de agrotóxicos, sistemas inéditos de processamento de alimentos e produção de embalagens, dentre tantos outros.

Os recursos financeiros, obtidos com as agências de fomento estaduais e federais, também foram investidos em capacitação de funcionários, da equipe de apoio e de pesquisadores. São mais de 780 pesquisadores científicos que atualmente conduzem cerca de 1.500 projetos. Trabalhos de pesquisa desenvolvidos em áreas diversas, norteados pela viabilidade econômica, dentro dos princípios de sustentabilidade.

Qualidade e rastreabilidade são via única para a expansão do agronegócio tanto interna quanto externamente. Em 35 anos, o Brasil deu um grande salto. Passou de importador para um dos maiores exportadores agropecuários e agroindustriais, aumentando a produtividade sem deixar de conservar os recursos naturais.

A maior parte dos produtos consumidos nas cidades tem origem no agronegócio. Criar um diálogo permanente, estreitando o vínculo entre o campo e a cidade, é tão necessário quanto gerar novas tecnologias. ■

*Engenheira agrônoma e Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em novembro de 2011 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	420.000	340.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	540.000	585.000	541.000
New Holland	CR 9060	667.800	689.000	760.000	690.000
New Holland	CS 660	445.200	482.300	535.000	460.000
New Holland	TC 5090	360.000	397.500	443.000	400.000
New Holland	TC 5070	318.000	339.200	392.000	320.000
Valtra	BC 6500	470.000	580.000	490.546	650.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	582.764	695.000
Valtra	BC 4500	295.000	365.000	321.480	380.000
Jonh Deere	1175 HY	350.000	341.200	355.000	355.000
Jonh Deere	9470	520.000	546.000	553.000	509.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em novembro de 2011 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	127.000	118.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	150.000	170.000	148.000	150.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	195.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	190.000	196.500	170.000
New Holland	TM 7040	180.000	195.000	211.000	220.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	245.000	280.000
Valtra	BM 125-4	124.000	125.000	123.000	154.000
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	192.000	200.000
Valtra	BM 205-4	193.000	216.000	208.000	220.000
Jonh Deere	7205	250.000	273.000	262.945	265.000
Jonh Deere	8430	375.000	365.000	452.000	480.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de carretas agrícolas em novembro de 2011, referência São Paulo (R$/unidade)

MODELO	Fabricante	Capacidade (kg)	Preço
Bahia	ICMA	6.000	9.510
CARRETA 2 RODAS	FACHINI	3.500	3.900
CARRETA 4 RODAS	FACHINI	6.000	4.100
CBM-4000	ACTON	4.000	4.800
CBMH-3500	ACTON	3.500	4.500
CC - 2	FIDO	2.000	3.500
CC - 3	FIDO	3.000	4.000
CC - 4	FIDO	4.000	4.400
CC - 6	FIDO	6.000	5.495
G. 2,000	ICMA	2.000	2.805
G. 4000	ICMA	4.000	5.293
Rio Grande	ICMA	4.000	5.580
Sumaré	ICMA	4.000	6.823

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão

Considere um produtor que queira, em novembro de 2011, comprar uma carreta, modelo CC-6, com capacidade para 6 mil quilos, da FIDO, cujo preço é R$ 5.495,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 1.099,00) e financiamento dos R$ 4.396,00 restantes é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de dois anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R$ 5.795,66 pelo implemento agrícola. O valor médio da prestação é de R$ 1.174,17.

Data de Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação	Parcela
15/01/12	4.396,00	1.099,00	57,86	1.156,86	1
15/07/12	3.297,00	1.099,00	121,06	1.220,06	2
15/01/13	2.198,00	1.099,00	81,61	1.180,61	3
15/07/13	1.099,00	1.099,00	40,13	1.139,13	4
Total		4.396,00	300,66	4.696,66	
Total pago: R$ 1.099,00 (entrada) + R$ 4.696,00 (financiamento) = R$ 5.795,66					

Produção agrícola brasileira

Segundo levantamento da safra de grãos 2011/2012 – Novembro/2011: estimativa de produção em mil toneladas

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 PREVISÃO[1] (A)	2010/11 ESTIMATIVA[2] (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.,383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	75,2
AMENDOIM TOTAL	225,7	303,1	300,6	226,0	226,5	0,2
AMENDOIM 1ª SAFRA	182,0	256,2	246,1	191,9	199,2	3,8
AMENDOIM 2ª SAFRA	43,7	46,9	54,5	34,1	27,3	-19,9
ARROZ	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	16,7
AVEIA	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			0,0	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205,8	264,7	237,0	201,4	283,9	41,0
FEIJÃO TOTAL	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.787,1	14,0
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.568,0	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	14,8
FEIJÃO 2ª SAFRA	996,6	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.398,1	36,7
FEIJÃO 3ª SAFRA	775,2	832,3	774,5	836,6	708,7	-15,3
GIRASSOL	106,1	147,1	109,4	80,6	76,7	-4,8
MAMONA	93,7	123,3	92,5	100,6	141,3	40,5
MILHO TOTAL	51.369,7	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.514,2	2,7
MILHO 1ª SAFRA	36.596,7	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	5,4
MILHO 2ª SAFRA	14.773,0	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.588,3	-1,6
SOJA	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	9,7
SORGO	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	42,5
TRIGO	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	17,0
TRITICALE	203,8	211,9	184,7	172,1	114,9	-33,2
BRASIL	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.958,1	9,2

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Números da cafeicultura

Desempenho da cafeicultura brasileira

Indicador	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1. Produção[1] (milhões de sacas)	48,5	28,8	39,3	32,9	42,5	36,1	46,0	39,5	48,1	43,5
1.1. Área em produção (milhões de ha)	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1
1.2. Produtividade (sacas/ha)	21,0	13,1	17,8	14,9	19,8	16,6	21,2	18,9	23,2	21,2
2. Exportação[2] (café verde, solúvel, extratos e torrado)										
2.1. Quantidade (milhões de sacas)	28,7	26,0	27,0	26,4	28,0	28,4	29,7	30,5	33,5	18,4
2.2. Valor (US$ bilhões)	1,4	1,5	2,1	2,9	3,4	3,9	4,8	4,3	5,8	4,5
2.3. Preço médio (US$/saca)	48,2	59,6	76,1	110,8	120,2	137,0	160,2	140,4	172,1	245,3
3. Consumo interno de café T&M e solúvel[3] (milhões de sacas)	14,0	13,7	14,9	15,5	16,3	17,1	17,7	18,9	19,1	20,3
3.1. Consumo *per capita* (kg/habitante)	4,8	4,7	5,0	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,4
4. Estoques do Funcafé (milhões de sacas)	5,4	5,1	4,3	3,2	1,9	0,7	0,5	0,5	0,5	0,4
5. Orçamento aprovado Funcafé (R$ milhões)	824	550	1.226	1.282	1.680	2.147	2.561	2.844	2.846	2.714
5.1. Financiamentos concedidos (R$ milhões)	693	524	1.201	1.249	1.579	2.026	2.441	2.673	2.673	2.539
5.2. Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil (R$ milhões)	1,6	3,5	5,0	8,4	5,5	13,0	13,0	15,0	15,0	14,0
5.3. Pesquisa Cafeeira (R$ milhões)	5,1	8,0	8,0	12,0	7,5	12,0	12,0	15,3	15,3	15,0
6. Participação das exportações brasileiras em relação às exportações mundiais[4] (%)	32,0	29,9	29,3	30,2	30,3	29,4	30,4	31,7	34,6	29,1
7. Participação do café no valor das exportações do agronegócio[2] (%)	5,5	5,0	5,2	6,6	6,8	6,6	6,6	6,6	7,5	8,7
8. Preços do café tipo 6, bebida dura, recebidos pelos produtores[2] (R$/saca)	129,88	173,84	217,27	281,13	250,33	252,43	260,37	263,20	310,91	497,37

Fontes: DCAF - Conab - Abic - MDIC/Secex - OIC - Cepea/Esalq/BM&F
Nota: (1) 2011, estimativa com base no 2º Levantamento de Safra da Conab - Maio/11; (2) 2011, de janeiro a julho; (3) 2011, estimativa; (4) 2011, de janeiro a junho

Brasil: exportação de café

	2010 (jan a jul)			2011 (jan a jul)			Variação		
	Valor (US$ mil)	Quant. (t)	Preço médio (US$/t)	Valor (US$ mil)	Quant. (t)	Preço médio (US$/t)	Valor	Quant.	Preço médio
Verde	2.352.007	903.594	2.602,95	4.126.618	979.016	4.215,07	75,5%	8,3%	61,9%
Solúvel	293.788	43.289	6.786,67	349.359	43.859	7.965,50	18,9%	1,3%	17,4%
Torrado e moído	13.084	2.736	4.782,16	13.966	2.100	6.650,48	6,7%	– 23,2%	39,1%
Outros extratos	18.420	3.501	5.261,35	21.023	3.065	6.859,05	14,1%	– 12,5%	30,4%
TOTAL	2.677.299	953.120	–	4.510.966	1.028.040	–	68,49	7,86	–

Fonte: MDIC/Secex

Brasil: exportação de café verde

	2010 (jan a jul)		2011 (jan a jul)		Variação	
	Valor (US$ mil)	Quant. (t)	Valor (US$ mil)	Quant. (t)	Valor	Quant.
Alemanha	495.352	188.937	889.863	203.289	79,6%	7,6%
Estados Unidos	451.439	173.862	846.044	201.396	87,4%	15,8%
Itália	213.852	81.007	401.141	87.176	87,6%	7,6%
Bélgica	167.366	61.022	337.441	78.623	101,6%	28,8%
Japão	175.622	60.869	320.375	69.845	82,4%	14,7%
Espanha	70.856	26.946	130.727	30.704	84,5%	13,9%
França	53.465	21.028	92.696	22.243	73,4%	5,8%
Finlândia	42.811	14.918	80.933	15.768	89,0%	5,7%
Suécia	57.336	22.194	80.428	19.027	40,3%	– 14,3%
Países Baixos	40.300	15.590	79.026	21.505	96,1%	37,9%
Canadá	34.749	12.790	66.378	14.942	91,0%	16,8%
Reuno Unido	36.729	13.056	64.104	13.699	74,5%	4,9%
Coreia do Sul	27.287	10.223	61.924	13.918	126,9%	36,1%
Rússia	34.807	12.643	60.060	12.694	72,6%	0,4%
Argentina	39.795	18.840	55.769	17.990	40,1%	– 4,5%
Outros	410.241	169.669	559.709	156.197	36,4%	– 7,9%
Total	2.352.007	903.594	4.126.618	979.016	75,5%	8,3%

Fonte: MDIC/Secex

Números da cafeicultura

Brasil: estimativa de produção de café na safra 2011

	Parque cafeeiro				Produção (mil sacas beneficiadas)			Produtividade (sacas/ha)
	Em formação		Em produção					
	Área (ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	141.152	506.543	997.498	3.074.021	21.848	276	22.124	22,18
Espírito Santo	34.737	118.775	455.775	1.147.399	2.932	8.090	11.022	24,18
São Paulo	13.704	46.226	168.283	466.807	3.475	–	3.475	20,65
Paraná	13.983	68.800	75.497	271.100	1.705	–	1.705	22,58
Bahia	8.806	31.786	139.883	322.208	1.750	726	2.476	17,70
Rondônia	6.955	11.205	154.879	252.208	–	1.625	1.625	10,49
Mato Grosso	4.227	9.807	18.143	40.459	13	154	167	9,20
Pará	–	–	10.533	23.489	–	176	176	16,70
Rio de Janeiro	–	–	12.807	26.818	257	14	271	21,14
Outros	797	2.790	24.477	60.371	201	302	503	20,56
BRASIL	224.361	795.932	2.057.775	5.684.880	32.182	11.361	43.543	21,16

Fonte: Mapa - Spae / Conab (2º Levantamento de Safra)

Mundo: produção de café (mil sacas de 60 kg)

Países	2006		2007		2008		2009		2010	
	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.
Brasil*	42.512	33,0%	36.070	30,1%	45.992	35,8%	39.470	32,0%	48.095	36,1%
Vietnã	19.340	15,0%	16.467	13,7%	18.500	14,4%	18.200	14,8%	18.500	13,9%
Colômbia	12.541	9,7%	12.504	10,4%	8.664	6,7%	8.098	6,6%	9.200	6,9%
Indonésia	7.483	5,8%	7.777	6,5%	9.612	7,5%	11.380	9,2%	8.856	6,6%
Etiópia	5.551	4,3%	5.967	5,0%	4.949	3,9%	6.931	5,6%	7.450	5,6%
Índia	5.158	4,0%	4.319	3,6%	3.950	3,1%	4.950	4,0%	4.983	3,7%
México	4.200	3,3%	4.150	3,5%	4.651	3,6%	4.200	3,4%	4.000	3,0%
Peru	4.319	3,4%	3.063	2,6%	3.872	3,0%	3.286	2,7%	4.000	3,0%
Guatemala	3.950	3,1%	4.100	3,4%	3.785	2,9%	3.835	3,1%	3.950	3,0%
Honduras	3.461	2,7%	3.842	3,2%	3.450	2,7%	3.575	2,9%	3.830	2,9%
Outros	20.337	15,8%	21.772	18,1%	20.999	16,4%	19.291	15,7%	20.444	15,3%
Total	128.852	100,0%	120.031	100,0%	128.424	100,0%	123.216	100,0%	133.308	100,0%

Fonte: *Mapa - Spae / Conab; O.I.C.

Mundo: exportação de café (mil sacas de 60 kg)

Países	2006		2007		2008		2009		2010	
	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.	Volume	Part.
Brasil*	27.978	30,5%	28.398	29,5%	29.728	30,5%	30.481	32,7%	33.494	34,6%
Vietnã	13.905	15,2%	17.936	18,6%	16.101	16,5%	17.052	18,3%	14.229	14,7%
Colômbia	10.945	11,9%	11.300	11,7%	11.085	11,4%	7.894	8,5%	7.822	8,1%
Indonésia	5.280	5,8%	4.149	4,3%	5.741	5,9%	7.907	8,5%	5.489	5,7%
Índia	3.578	3,9%	3.319	3,4%	3.377	3,5%	3.007	3,2%	4.395	4,5%
Peru	3.881	4,2%	2.879	3,0%	3.733	3,8%	3.074	3,3%	3.817	3,9%
Guatemala	3.312	3,6%	3.726	3,9%	3.778	3,9%	3.493	3,8%	3.468	3,6%
Honduras	2.898	3,2%	3.312	3,4%	3.259	3,3%	3.084	3,3%	3.349	3,5%
Etiópia	2.925	3,2%	2.604	2,7%	2.852	2,9%	1.851	2,0%	3.324	3,4%
México	2.570	2,8%	2.912	3,0%	2.448	2,5%	2.838	3,0%	2.498	2,6%
Outros	14.368	15,7%	15.714	16,3%	15.420	15,8%	12.455	13,4%	14.839	15,3%
Total	91.640	100,0%	96.249	100,0%	97.522	100,0%	93.136	100,0%	96.724	100,0%

Fonte: *MDIC/Secex; O.I.C.